



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

COMISSÃO PERMANENTE

REUNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota AmaralSecretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
Ascenso Luís Seixas Simões

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da apresentação do projecto de resolução n.º 166/IX, do projecto de deliberação n.º 21/IX, de requerimentos e da resposta a alguns outros.

Em interpeleção à Mesa, a Sr.^a Deputada Jamila Madeira (PS) anunciou que o seu grupo parlamentar apresentara um requerimento solicitando a presença do Sr. Ministro da Presidência (Nuno Morais Sarmento) na Comissão de Execução Orçamental para informar da demissão da direcção do Instituto Nacional de Estatística.

Em declaração política, o Sr. Deputado Marco António Costa (PSD) solidarizou-se com as populações atingidas pelos fogos florestais, sobretudo nos distritos de Castelo Branco e Santarém, enalteceu o trabalho de todos quantos os têm combatido e, depois, fez um balanço dos contactos com os eleitores que, por todo o País, os Deputados do PSD têm tido sobre o tema da saúde. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP).

Também em declaração política, a Sr.^a Deputada Ana Benavente (PS) criticou a decisão política do Governo de adiar a divulgação dos resultados dos exames nacionais do 12.º ano, dando depois resposta a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD).

Igualmente em declaração política, o Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) teceu críticas à actual política de imigração e respondeu a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Vítor Ramalho (PS).

Ainda em declaração política, a Sr.^a Deputada Luisa Mesquita (PCP) falou sobre as dificuldades financeiras que enfrenta a criação cultural nas áreas do teatro e da música. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Gonçalo Capitão (PSD) e Ana Benavente (PS).

A Sr.^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes), também em declaração política, insurgiu-se contra o Governo e a maioria por não agirem no sentido de prevenir os incêndios florestais e de dotar a floresta de meios que lhe permita estar bem ordenada e limpa.

Finalmente, em declaração política, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) também enalteceu o trabalho das corporações de bombeiros que têm combatido os fogos florestais e teceu críticas ao Presidente da Câmara Municipal de Braga por não aplicar bem os dinheiros públicos, concretamente por o novo estádio de futebol de Braga vir a custar mais dinheiro do que aquele que estava inicialmente previsto. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Hugo Velosa (PSD) e Elisa Guimarães Ferreira (PS), que também exerceu a figura regimental da defesa da honra da bancada, tendo, ainda, sido negada a palavra ao Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) por não fazer parte da Comissão Permanente.

O Sr. Presidente informou a Câmara que o Congresso dos Deputados do Brasil aceitou ser o anfitrião da próxima reunião do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, que se realizará nos dias 30 e 31 de Outubro p.f.

Ordem do dia. — Foi aprovado o projecto de deliberação n.º 21/IX — Autoriza o funcionamento das comissões parlamentares fora do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR).

Procedeu-se ao debate com a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças (Manuela Ferreira Leite) acerca da execução orçamental, tendo intervindo, além da Sr.^a Ministra, os Srs. Deputados Duarte Pacheco (PSD), Telmo Correia (CDS-PP), Lino de Carvalho (PCP), Luís Fazenda (BE), Elisa Guimarães Ferreira (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Joel Hasse Ferreira (PS) e Tavares Moreira e Hugo Velosa (PSD).

Foi aprovado o voto n.º 75/IX — De congratulação pelo regresso à normalidade constitucional na República de São Tomé e Príncipe (Presidente da AR, PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes).

Por último, a Câmara aprovou três pareceres da Comissão de Ética relativos à substituição de Deputados do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas.

Srs. Deputados presentes à reunião:

Partido Social Democrata (PSD):

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 Arménio dos Santos
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Fernando Santos Pereira
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Socialista (PS):

António Luís Santos da Costa
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Carlos Manuel Luís
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina

Partido Popular (CDS-PP):

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 Narana Sinai Coissoró
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

Bernardino José Torrão Soares
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita

Bloco de Esquerda (BE):

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para proceder à leitura do expediente, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, deram entrada na Mesa e foram admitidos o projecto de resolução n.º 166/IX — Constituição de uma comissão eventual para a análise e acompanhamento da construção do futuro aeroporto internacional (PS) e o projecto de deliberação n.º 21/IX — Autoriza o funcionamento das comissões parlamentares fora do período normal de funcionamento da Assembleia da República (PAR).

Foram apresentados na Mesa os requerimentos seguintes: nos dias 20, 23 e 24 e reuniões plenárias de 18 e 25 de Junho de 2003, aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, da Economia e Secretaria de Estado dos Transportes, formulados pelos Srs. Deputados José Augusto Carvalho e João Teixeira Lopes; ao Ministério da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Vitalino Canas; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Pina Marques; aos Ministérios das Finanças, da Economia e da Segurança Social e do Trabalho, formulados pelo Sr. Deputado Luís Fazenda; ao Ministro da Presidência, formulado pela Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia; aos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Saúde, das Obras Públicas Transportes e Habitação, da Segurança Social e do Trabalho e da Defesa Nacional, formulados pelos Srs. Deputados José Apolinário, Bruno Dias, Honório Novo, Luísa Portugal, António Filipe, Bernardino Soares e Vicente Merendas.

Nas reuniões plenárias de 26 e 27 de Junho de 2003: ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs. Deputados Ana Manso e Fernando Cabral; à Ministra de Estado e das Finanças e aos Ministérios da Administração Interna e da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados António Galamba, Ana Benavente, Artur Penedos, Luísa Portugal, Vasco Cunha, José Apolinário, António José Seguro e Joana Amaral Dias; aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Economia, das Obras Públicas, Transportes e Habitação e à Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, formulados pelos Srs. Deputados Rodeia Machado, Honório Novo, Fernando Serrasqueiro e João Cravinho; à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulado pelo Sr. Deputado Eduardo Moreira; ao Ministério dos Assuntos Parlamentares, formulado pelo Sr. Deputado Vítor Ramalho; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Marques Júnior; aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Segurança Social e do Trabalho, da Economia, das Obras Públicas, Transportes e Habitação e à Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, formulados pelos Srs. Deputados Vicente Merendas, Custódia Fernandes e Lino de Carvalho.

No dia 30 e reuniões plenárias de 27 de Junho e 1 de Julho de 2003: à Ministra de Estado e das Finanças e ao Ministério da Economia, formulados pelos Srs. Deputados Osvaldo Castro e Leonor Coutinho; ao Ministério da Justiça, formulado pela Sr.ª Deputada Isabel Castro; ao Ministro da Presidência e ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Heloísa Apolónia, Bruno Dias e Vicente Merendas; aos Ministérios das Finanças, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, da Saúde e da Educação, formulados pelos Srs. Deputados António Galamba e

Honório Novo; aos Ministérios da Administração Interna e da Economia, formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário; à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e ao Sr. Presidente da Assembleia da República, formulados pelo Sr. Deputado Eduardo Moreira; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte; à Câmara Municipal da Marinha Grande, formulado pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

Nos dias 2, 4, 8 e 9 e nas reuniões plenárias de 3, 7 e 10 de Julho de 2003: ao Ministério da Educação, formulado pela Sr.^a Deputada Ana Manso; ao Primeiro-Ministro e aos Ministérios da Segurança Social e do Trabalho, da Administração Interna, da Saúde, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, à Secretaria de Estado da Juventude e Desportos e ao Presidente do Conselho de Administração do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, formulados pelos Srs. Deputados Virgílio Costa, Carlos Antunes, Artur Penedos, Fernando Cabral, Jamila Madeira, Henrique Campos Cunha, Odete Santos, Vítor Baptista e Lino de Carvalho; aos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Segurança Social e do Trabalho, da Administração Interna, à Secretaria de Estado dos Transportes e à Comissão Nacional de Protecção de Dados, formulados pelos Srs. Deputados José Apolinário, Fernando Pedro Moutinho, Jorge Pereira, João Gago Horta, Luís Fazenda e Capoulas Santos; aos Ministérios da Ciência e do Ensino Superior, da Educação, da Administração Interna, da Economia e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulados pelos Srs. Deputados Augusto Santos Silva, Sónia Fertuzinhos, Luísa Mesquita e Daniel Rebelo; aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Saúde, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, das Finanças, da Segurança Social e do Trabalho e à Secretaria de Estado da Segurança Social, formulados pelos Srs. Deputados António Filipe, Honório Novo e Isménia Franco; ao Presidente do Conselho de Administração dos CTT e a diversas Câmaras, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Nuno de Sá; aos Ministérios da Economia, da Administração Interna, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Saúde, da Segurança Social e do Trabalho, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, à Câmara Municipal de Alcobaça e à Junta de Freguesia de S. Martinho do Porto, formulados pelos Srs. Deputados José Miguel Medeiros, Bruno Dias e Paulo Veiga; ao Ministro da Presidência e aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação e da Economia, formulados pelo Sr. Deputado Bernardino Soares; aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, ao Presidente do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) e à Câmara Municipal de Lisboa, formulados pelas Sr.^{as} Deputadas Joana Amaral Dias, Isabel Castro e Heloísa Apolónia; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulados pelo Sr. Deputado Carlos Luís; à Câmara e à Assembleia Municipal de Benavente, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia de Samora Correia, formulados pelo Sr. Deputado António Galamba.

Nos dias 11, 14, 16, 17 e 18 e reunião plenária de 15 de Julho de 2003: aos Ministérios da Educação, dos Negócios Estrangeiros e ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, formulados pelos

Srs. Deputados Fernando Moniz, Luísa Mesquita e João Pinho de Almeida; aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Habitação, da Ciência e do Ensino Superior, da Economia, da Segurança Social e do Trabalho e ao Conselho de Administração da Brisa, formulados pelos Srs. Deputados Fernando Serrasqueiro, Honório Novo, Vasco Cunha, Cristina Granada, Lino de Carvalho, João Teixeira Lopes e Duarte Pacheco; ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, formulados pelos Srs. Deputados Jerónimo de Sousa, Marco António Costa e Maria do Carmo Romão; ao Primeiro-Ministro e a diversos Ministérios e à Comissão Nacional de Protecção de Dados, formulados pelos Srs. Deputados António Galamba e José Junqueiro; aos Ministérios da Cultura e da Saúde, formulados pelos Srs. Deputados Manuela Melo, Heloísa Apolónia e Augusto Santos Silva; aos Ministérios das Finanças e da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados José Apolinário, Ana Manso, Isilda Pegado, Fernando Cabral e António José Seguro; aos Ministérios da Economia, da Justiça, da Administração Interna, dos Negócios Estrangeiros e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulados pelos Srs. Deputados Pedro Roque, Maria Manuela Aguiar, Daniel Rebelo, Carlos Gonçalves, Renato Sampaio e Maria Santos; ao Presidente do Conselho de Administração dos CTT, formulado pela Sr.^a Deputada Jamila Madeira; ao Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho; aos Ministérios da Saúde e da Segurança Social e do Trabalho, formulados pelos Srs. Deputados Afonso Candal, Bernardino Soares e Joana Amaral Dias; ao Governo, a diversos Ministérios, à Secretaria de Estado da Juventude e Desportos e à Câmara Municipal de Lisboa, formulados pelos Srs. Deputados Bruno Dias, Isabel Castro, Rosa Albernaz e Honório Novo.

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: no dia 26 de Junho de 2003, Luísa Mesquita e José Apolinário, nas sessões de 22 de Novembro, 9 de Janeiro, 17, 18, e 26 de Março e 16 de Abril de 2003 e nos dias 25 e 31 de Março do mesmo ano; Honório Novo e Vasco Cunha, nas sessões de 5 de Dezembro e 8 de Maio de 2003; Manuela Aguiar, Maria Santos, Rodeia Machado, Carlos Luís, Vicente Merendas, João Teixeira Lopes e Fernando Moniz, nos dias 10 de Dezembro, 6 e 27 de Janeiro e 25 de Fevereiro de 2003 e nas sessões de 23 e 30 de Janeiro, 5, 7 e 26 de Fevereiro, 5 e 20 de Março, 23 e 24 de Abril e 22 de Maio do mesmo ano; Nelson Correia, na sessão de 16 de Janeiro de 2003; José Augusto Carvalho, no dia 20 de Janeiro de 2003; Teresa Venda, na sessão de 29 de Janeiro de 2003; Machado Rodrigues, Lino de Carvalho, Miguel Coleta e Joaquim Ponte, nas sessões de 12 de Fevereiro e 6 de Março de 2003; Bruno Dias, no dia 14 de Fevereiro de 2003; Ascenso Simões, na sessão de 27 de Fevereiro de 2003; José Saraiva, na sessão de 12 de Março de 2003; Fernando Pedro Moutinho, na sessão de 13 de Março de 2003; Miguel Anacoreta Correia e António Filipe, na sessão de 27 de Março de 2003; Miguel Paiva e João Pinho de Almeida, na sessão de 28 e no dia 31 de Março de 2003; Carlos Gonçalves, na sessão de 2 de Abril de 2003; Manuel Oliveira, Jamila Madeira, Álvaro Castello-Branco e Fernando Cabral, nas sessões de 3 e 9 de Abril de 2003; António Galamba, nos dias 28 de Abril e 19 de Maio de 2003; Paulo Pedroso, na sessão de 30 de Abril de 2003; Heloísa Apolónia, na sessão de 9 de Maio de 2003; Vitalino Canas, na sessão de 27 de Maio de 2003.

No dia 27 de Junho de 2003: Odete Santos, nas sessões de 15 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 2003; Jerónimo de Sousa, na sessão de 19 de Fevereiro de 2003; José Miguel Medeiros, na sessão de 28 de Março de 2003; José Apolinário, na sessão de 11 de Abril de 2003; Honório Novo, nas sessões de 22 de Abril e 8 de Maio de 2003; Vicente Merendas, no dia 5 de Maio de 2003; António Galamba, no dia 19 de Maio de 2003.

No dia 30 de Junho de 2003: Luísa Mesquita, na sessão de 19 de Setembro; António Filipe, no dia 10 de Fevereiro e nas sessões de 27 de Fevereiro e 20 de Março de 2003; Fernando Pedro Moutinho, na sessão de 26 de Fevereiro de 2003; José Miguel Medeiros, na sessão de 2 de Abril de 2003; António Galamba, nas sessões de 29 de Abril e 22 de Maio de 2003; Pedro Roque, na sessão de 30 de Abril de 2003; Ascenso Simões, no dia 27 de Maio de 2003; Joana Amaral Dias, no dia 3 de Junho de 2003.

No dia 2 de Julho de 2003: Lino de Carvalho, na sessão de 8 de Janeiro de 2003; José Apolinário, nas sessões de 22 de Janeiro e 29 de Maio de 2003; Ana Manso, na sessão de 28 de Fevereiro de 2003; Maria Santos, na sessão de 6 de Março de 2003; José Miguel Medeiros, no dia 11 de Março de 2003; Nelson Correia, na sessão de 13 de Março de 2003; Clara Carneiro, na sessão de 19 de Março de 2003; Luísa Mesquita, nas sessões de 23 de Abril e 15 de Maio de 2003; Mota Andrade, na sessão de 24 de Abril de 2003; Vitalino Canas, no dia 9 de Junho de 2003.

Nos dias 3, 4 e 7 de Julho de 2003: Honório Novo, na sessão de 17 de Janeiro de 2003; António Galamba, nas sessões de 21 de Fevereiro e 19 de Março de 2003; Ascenso Simões, no dia 25 de Fevereiro de 2003; Eugénio Marinho, na sessão de 13 de Março de 2003; Carlos Luís, no dia 1 de Abril de 2003; Narana Coissoró, na sessão de 2 de Abril de 2003; Vitalino Canas, na sessão de 29 de Maio de 2003.

No dia 9 de Julho de 2003: António Filipe, na sessão de 27 de Março de 2003; Ana Manso, na sessão de 10 de Abril de 2003; Bruno Dias, na sessão de 5 de Junho de 2003; Fernando Pedro Moutinho, na sessão de 18 de Junho de 2003.

No dia 14 de Julho de 2003: Vasco Cunha, na sessão de 22 de Maio de 2003.

No dia 15 de Julho de 2003: João Teixeira Lopes, no dia 31 de Março de 2003; José Magalhães, na sessão de 2 de Abril de 2003; António Filipe, na sessão de 9 de Abril de 2003; Honório Novo e Luísa Mesquita na sessão de 14 de Maio e no dia 22 de Abril de 2003; António Galamba e Vicente Merendas, no dia 19 de Maio de 2003; Rodeia Machado, na sessão de 21 de Maio de 2003.

Nos dias 16 a 18 de Julho de 2003: Miguel Coleta, no dia 14 de Outubro; José Miguel Medeiros, no dia 11 de Março de 2003; Heloísa Apolónia, no dia 31 de Março de 2003; Paulo Veiga, na sessão de 3 de Abril de 2003; Honório Novo, na sessão de 9 de Abril de 2003; Vicente Merendas, na sessão de 15 de Maio; António Galamba, no dia 19 de Maio de 2003; Leonor Coutinho, na sessão de 4 de Junho de 2003.

No dia 21 de Julho de 2003: Renato Sampaio, na sessão de 12 de Março de 2003; Maria Manuela Aguiar, na sessão de 26 de Março e no dia 17 de Junho de 2003; Carlos Luís, na sessão de 24 de Abril de 2003; Heloísa Apolónia, na sessão de 27 de Junho de 2003.

Foram respondidos os requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: nos dias 30 de Junho, 2, 3, 4, 9, 11 e 16 a 18 de Julho de 2003, Ascenso Simões, nas

sessões de 30 de Janeiro e 14 de Fevereiro de 2003; António Galamba, nas sessões de 12 de Fevereiro, 13 de Março e 29 de Abril de 2003; Miguel Paiva, na sessão de 28 de Março de 2003; Isabel Castro, na sessão de 5 de Junho de 2003; Nuno Teixeira de Melo, nas sessões de 12 e 18 de Junho de 2003.

Em termos de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra a Sr.^a Deputada Jamila Madeira.

A Sr.^a Jamila Madeira (PS): — Sr. Presidente, pretendo informar a Câmara de que apresentaremos de seguida, na Comissão de Execução Orçamental, um requerimento no sentido de chamar à comissão o Sr. Ministro Morais Sarmiento com o objectivo de prestar esclarecimentos porque, para nós, se revela muito estranho, para não dizer substancialmente estranho, a demissão do Sr. Presidente do INE e de toda a direcção, no momento em que se apuram dados tão relevantes para o Eurostat e para a contabilidade nacional.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Já devia ter sido há mais tempo!

A Oradora: — Portanto, sentimos profunda estranheza pelo que seria relevante que esse requerimento seguisse os trâmites legais dentro do mais curto espaço de tempo possível.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr.^a Deputada. Se bem percebi a sua intervenção, esse requerimento vai ser apresentado na comissão — aliás, a comissão tem até uma reunião hoje mesmo, partindo do princípio de que vamos aprovar a realização de reuniões durante este período, o que suponho que irá acontecer, pelo que certamente que a Sr.^a Deputada terá ocasião de formular o seu requerimento.

Temos inscrições para declarações políticas. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco António Costa.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma nota prévia à declaração política que fazia intenções de hoje aqui apresentar, e que irei apresentar, tem a ver com a tragédia que atingiu as populações da Sertã, de Vila de Rei de Mação, nos Distritos de Castelo Branco e Santarém, e que consumiu mais de 10 000 hectares de floresta portuguesa. Uma palavra de solidariedade a estas populações mas também uma palavra, simultaneamente, de apreço e de admiração do Grupo Parlamentar do PSD às 90 corporações de bombeiros, aos 519 homens destas mesmas corporações que, com 152 viaturas, dois aviões e acompanhados por 120 militares, combateram, de forma árdua e heróica, aquilo que foi uma das maiores tragédias em termos florestais nos últimos anos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Uma palavra também de reconhecimento à atitude do Sr. Presidente da República e do Governo que, numa postura de cooperação institucional, se deslocaram ao local. De resto, fruto dessa deslocação, o Governo, hoje mesmo, pela manhã, em Conselho de Ministros, aprovou uma resolução que mandata o Sr. Ministro da Administração Interna para, imediatamente, apurar as perdas e danos que estas populações sofreram e, simultaneamente, o Sr. Ministro da Agricultura para que seja prestado todo o apoio técnico e financeiro à reflorestação da zona ardida.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Resta dizer que o Governo actuou com rapidez e eficiência nesta matéria.

Resta aqui também assinalar o empenhamento de todos aqueles que estiveram envolvidos no combate aos fogos e também uma apelo do Grupo Parlamentar do PSD para que as instituições competentes em matéria de investigação criminal, rápida e eficazmente, desenvolvam acções no sentido de determinar o que é que esteve na causa destes fogos, porque são mais do que evidentes os sinais de que terá estado mão criminosa por detrás desta tragédia.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocada esta questão prévia, gostava de, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, trazer aquilo que tem sido a sua acção nas suas deslocações pelo País.

O Grupo Parlamentar do PSD assumiu para si a missão de, tal como é obrigação normal de qualquer grupo parlamentar, manter o contacto directo com as populações, verificar no terreno aquela que é a acção concreta da governação de Portugal medindo o grau de eficácia das medidas e das reformas deste Governo, auscultando aquilo que é o sentir e o pulsar dos diferentes sectores sociais e também dos profissionais envolvidos neste trabalho e, em simultâneo, estar melhor preparado para, em conjunto com o Governo, alavancar as reformas de que o País tanto carece e necessita.

Nós elegemos como tema central e inicial destas nossas deslocações a área da saúde. Área da saúde porque, ao longo dos anos, sempre que os portugueses são chamados a pronunciar-se sobre as suas principais preocupações relativamente ao País, este é o tema que aparece no topo das suas preocupações. Nas deslocações que fizemos a Torres Vedras, ao Distrito do Porto, nomeadamente a Santo Tirso e à cidade do Porto, para ver, a nível dos cuidados primários de saúde, os Centros de Saúde, aquilo que nós constatámos do combate às listas de espera, da implementação dos genéricos, daquilo que é uma nova realidade e uma nova cultura cuja implementação está em curso na administração hospitalar e na administração da saúde, que combata o desperdício, que racionalize os meios e que torne a gestão, o profissionalismo e o rigor associado a essa gestão num desiderato central da acção de quem tem essa responsabilidade, levam-nos a afirmar que o Governo, neste particular, está no bom caminho, está a tomar as medidas que, há muito, muitos políticos referiam como essenciais mas que muito poucos tiveram a coragem, como teve este Governo, de assumi-las com as consequências inerentes.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Diria mesmo que, em matéria da saúde, aquilo que Portugal pode afirmar é que, tal como outros países, tem meios e tem recursos humanos, que aquilo que marcará a diferença do sucesso é a nossa capacidade organizativa e a nossa capacidade de melhorar a gestão.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nesse sentido, também na área da economia. Queria aqui lembrar que, não há muitos meses, a

questão central da comunicação social e do debate político no País, pela voz da oposição, era o problema da deslocalização das empresas mais importantes fixadas em Portugal para o exterior, era o abandono do mercado português, era o abandono da economia portuguesa — isto fruto daquilo que foi o descrédito internacional das contas públicas, que o PSD assumiu, da governação socialista. A inversão desta realidade não é por acaso — parece que foi há muitos, muitos meses que essa situação foi discutida aqui, nesta Casa, mas não, foi há poucos meses.

Essa realidade, hoje, está invertida por três razões fundamentais: porque o Ministério da Economia assumiu uma reestruturação essencial com a criação do conceito de diplomacia económica, com a administração conjunta dos recursos do IAPMEI e do ICEP, e com o lançamento da Agência Portuguesa de Investimentos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Hoje há, felizmente, um optimismo moderado na economia portuguesa, realista e moderado. Hoje, o trabalho estruturado e sério do Ministério da Economia faz com que a Autoeuropa, a Mitsubishi, a Continental e muitas outras instituições e empresas estejam a demandar Portugal e com que Portugal esteja na rota do investimento estrangeiro. Hoje, o discurso do pessimismo e derrotismo, da fuga das empresas, daquela que era a imagem permanente de que tudo de mal acontecia na economia portuguesa, está a inverter-se. E estes são os sinais concretos e realistas dessa inversão.

Permita-me, Sr. Presidente, que cite uma parte do relatório da Agência Portuguesa de Investimentos. A Agência Portuguesa de Investimentos, nestes poucos meses de trabalho que tem desenvolvido, já no primeiro semestre de 2003 analisou 217 contratos e projectos de investimento que podem significar para o País muitos milhões de euros de fixação de capitais e de canalização de recursos financeiros, que podem criar de 12 000 postos de trabalho e garantir que mais 61 000 postos de trabalho não sejam perdidos em Portugal.

Este é o caminho de quem procura fazer um discurso moderado, mas sério, realista e, acima de tudo, tendente a, nos momentos adequados, estar na posição que é correcta: nem excesso de fantasia, naquilo que é a situação negativa do País, nem excesso de fantasia naquilo que é uma venda cor-de-rosa da situação económica do País. Nós estivemos, nestes últimos meses, do lado do realismo, do realismo que nos fez falar a verdade aos portugueses no momento em que assumimos a governação em Portugal e a verdade que nos faz dizer agora aos portugueses — com moderação, mas também com realismo, com uma expectativa equilibrada e positiva — que existem sinais positivos na economia portuguesa, que esses sinais são inegáveis e que o discurso derrotista e pessimista que a oposição tenta cultivar em Portugal é um discurso pelo qual não nos deixamos arrastar e que combateremos sem tréguas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com confiança e esperança nos próximos meses que o Grupo Parlamentar do PSD se dedica hoje ao tema da economia, deslocando-se amanhã e no mês de Setembro em várias iniciativas acerca desse tema.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. José Magalhães (PS): — Para esclarecer esta intervenção puramente ficcional?!

Risos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, passo ao lado desse seu discurso de auto-elogio e auto-satisfação ou, como ouvimos agora dizer o Sr. Deputado José Magalhães, ficcional em relação ao estado da economia. Aliás, daqui a pouco teremos oportunidade de discutir com quem de direito a situação da economia portuguesa...

Queria só ater-me, Sr. Deputado, à sua questão prévia ligada aos incêndios florestais, que de novo percorrem o País, dizendo que também nos solidarizamos com as populações atingidas, com os prejuízos que sofrem e, sobretudo, com o drama humano que as percorre, tal como saudamos o esforço abnegado dos bombeiros no combate aos incêndios, mais a mais quando as corporações de bombeiros, como aquelas que ontem estiveram no combate ao incêndio, estão sem meios ou têm meios envelhecidos, como ainda ontem referia a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas não vos podemos acompanhar, Sr. Deputado, no elogio ao Governo, no sentido de que o Governo respondeu ou está a responder a tempo. Não, Sr. Deputado! O Governo está a responder pelo menos com 10 meses de atraso!!

Recordo, Sr. Deputado, que o ano passado, em plena «época de fogos» — chamada impropriamente assim, expressão de que não gosto —, o Governo afirmou que iria tomar as medidas de prevenção e de reforço dos meios de combate, que iria apresentar ao País um plano integrado de prevenção e combate aos fogos para prevenir a próxima época que este ano iria começar. Até hoje fez zero, Sr. Deputado! Zero!! Nem uma proposta, nem um plano!

Mas, agora que os incêndios percorrem as nossas florestas, agora que as populações são atingidas, agora que os órgãos de comunicação têm os olhos e as câmaras em cima dos incêndios, lá aparece o Sr. Ministro a correr, neste caso um pouco à arreata do Sr. Presidente da República, para fazer mais promessas em relação a questões que deviam ter sido resolvidas no Inverno passado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Recordo, aqui, Sr. Deputado, que nós, PCP, apresentámos e debatemos nesta Assembleia um projecto de resolução e um projecto de lei que visavam a adopção de medidas que permitissem minorar as consequências e a dimensão deste flagelo. O projecto de lei foi rejeitado, mas o projecto de resolução acabou por ser aprovado por unanimidade depois de, em comissão, todos os grupos parlamentares terem dado o seu contributo no sentido de encontrarmos um texto que pudesse ser um conjunto de recomendações positivas ao Governo para serem concretizadas em tempo real.

A Assembleia da República, por nossa iniciativa, aprovou o diploma, mas até hoje o Governo não adoptou uma única medida daquelas que a própria Assembleia da República concordou que eram urgentes tomar para combater os incêndios este ano. Por isso aí temos os incêndios.

Não digo que a responsabilidade é do Governo, nem digo que os incêndios florestais possam ser resolvidos de um momento para o outro. Digo é que se não forem adoptadas políticas estruturantes de organização da floresta, de prevenção, de limpeza, de abertura de caminhos, de criação de uma floresta nova, sem um ordenamento florestal, que falta, e sem uma lei de bases da política florestal, que está por aplicar, se não fizermos isso tudo, se não adoptarmos os meios adequados, os incêndios florestais, infelizmente, vão continuar a percorrer ano após ano o País, com imensos prejuízos económicos e com grandes dramas humanos. E a responsabilidade pela não adopção de medidas cabe exclusivamente ao Governo, Sr. Deputado!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Marco António Costa.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, como sabe, o PSD votou favoravelmente a resolução de que falou. Mas, como o Sr. Deputado sabe também — aliás, usou uma expressão que é determinante nesta matéria, que é a «intervenção estrutural» —, as intervenções estruturais não se fazem de um ano para o outro, mas ao longo de vários anos.

Falou em ordenar a floresta, o que, como sabe, não é uma coisa que se faça por decreto, nem é algo que se faça com discursos; é algo que está a ser feito, neste momento e desde a primeira hora, pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Mas há uma coisa que o Sr. Deputado não pode negar: é que para terem estado 90 corporações, 519 bombeiros, 152 viaturas, 2 aviões e 120 militares houve coordenação de meios e o plano estava preparado e respondeu, porque se porventura não tivesse havido essa coordenação a situação teria sido muito pior.

O Sr. Deputado disse que não queria um discurso de culpabilização do Governo, mas é bom que reconheça que o Governo respondeu em cima da hora, numa resolução que foi tomada, no outro dia de manhã, pelo Conselho de Ministro, resolução essa que procurou responder aos problemas reais das populações decorrentes desta situação.

O Sr. Deputado falou da questão da floresta e tem a resposta: foram atribuídos ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, nessa resolução, mais meios técnicos e financeiros para ajudar nessa reflorestação.

Mas, Sr. Deputado, permita-me que refira outra questão que para mim é muito importante, até porque, além do mais, esta é uma matéria que, como sabe, não pode ser usada desta maneira sob o ponto político. Se bem se recorda, em 1995, o então líder da oposição, Engenheiro Guterres, prometia, no Verão de 1995, que aquilo que estava a acontecer nunca se passaria nos seus governos e, logo em 1996 e nos anos seguintes, ardeu muito mais mata em Portugal e a situação foi muito mais grave.

Aquilo que neste momento se está a fazer no plano da prevenção e da protecção de incêndios florestais é a reestruturação da protecção civil e dos meios de emergência, no sentido de haver um único comando a responder, e respondeu — tenho os números dessa resposta.

Relativamente aos gracejos que fez sobre a situação da economia há algo que o Sr. Deputado não pode esconder: as notícias de fechos de fábricas, de deslocação de empresas para outros países desapareceram nos últimos me-

ses e deram lugar às notícias sobre investimentos e sobre a procura de mercado. Esta é a realidade e por muitos discursos que o Sr. Deputado faça, por muito que tente desvalorizar a intervenção que eu fiz relativamente a esta matéria, o senhor não vai iludir a realidade nem vai dizer que os jornalistas agora passaram só a fazer a propaganda do Governo, publicitando os investimentos. São coisas reais que existem e que o senhor não pode negar e, por muito que tentem negar, nesse discurso derrotista e pessimista que tentam lançar para a sociedade portuguesa, não vão fazer passar essas mensagens porque vamos estar aqui, na primeira linha, a lutar em nome da verdade e do realismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Benavente.

A Sr.^a Ana Benavente (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD acabou de se vangloriar pela acção do Governo, mas, infelizmente, o dia-a-dia dos cidadãos tem outros contornos e um deles, que o Ministério da Educação tem procurado passar sob silêncio e apresentar como uma questão banal, tem a ver com o adiamento da divulgação dos resultados dos exames nacionais do 12.^o ano.

Com efeito, fomos surpreendidos, no dia 18 de Julho, com notícias a comunicar que os resultados dos exames nacionais da primeira chamada do 12.^o ano, que deviam ser conhecidos a 22 de Julho, apenas o seriam no dia 1 de Agosto. Mas mais surpreendidos ainda ficámos por ter sido a Sr.^a Presidente do júri nacional de exames a dar esta informação e não o Sr. Ministro da Educação ou um dos Srs. Secretários de Estado. Na verdade, não se trata de uma questão técnica mas, sim, de uma decisão política da maior importância, que interessa a dezenas de milhares de jovens e de pais.

Sempre considerámos haver questões que não devem ser partidárias e que exigem continuidade de políticas — os exames nacionais do 12.^o ano estão neste caso. Todos desejaríamos que não houvesse problemas e temos o direito de saber o porquê deste atraso, das eventuais distorções de notas e de outras dúvidas que parecem ter surgido.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Não deixa de ser irónico que o Sr. Ministro da Educação, tão pronto a afirmar-se como o grande administrador, não venha de imediato explicar o que está a acontecer, prometendo amanhã que cantam tais como a escolaridade obrigatória de 12 anos para 2012, adiando a revisão curricular no ensino secundário, apresentando uma lei de bases. O que é verdade é que o presente das escolas e da educação se caracteriza, hoje, pela desorganização, pela confusão e por ordens e contra-ordens. As escolas estão a «ferro e fogo», com os processos de agrupamentos escolares apressados e lesivos da qualidade pedagógica do ensino, e vem agora o Ministério adiar os resultados do 12.^o ano sem dizer porquê...!

É evidente que o Ministério tem cuidado mais de poupanças cegas do que do rigor dos procedimentos pelos quais é responsável e esqueceu-se completamente da dimensão pedagógica da vida das escolas. Um dos exemplos bem reveladores disto é a invisibilidade da Sr.^a Secretária de Estado que tem os pelouros pedagógicos.

Os exames do 12.^o ano são o resultado do que se ensinou e aprendeu e não são uma mera questão administrati-

va e estatística. Esta decisão do Sr. Ministro da Educação, que considerou que não tínhamos direito à informação — veja-se que todas as tentativas de obter explicações se confrontam com o «nada temos a declarar» por parte do Ministério da Educação... —, causa-nos enorme preocupação. Desde logo porque o processo dos exames do 12.^o ano estava consolidado e o seu funcionamento era normal desde há alguns anos e, depois, porque se há correcções menos justas existem pedidos de reapreciação da parte dos alunos e, evidentemente, existe a necessidade de melhorar, ano após anos, a formação dos «correctores», mas não é, não pode ser, em pleno período de exames que se procura corrigir o que não se acautelou a tempo e horas.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — O Governo tem falado muito de avaliação, mas, para além dos exercícios falhados quanto aos *rankings* dos exames do ano passado, para além do desconhecimento público dos resultados nacionais das provas de aferição do ensino básico, também do ano passado, ou ainda da falta de regulamentação de uma lei de avaliação das escolas de que não há qualquer efeito prático, para além de tudo isto, o Governo só tem mesmo é falado de avaliação.

Verifica-se, mais uma vez, à custa dos prejuízos de dezenas de milhares de jovens e de famílias, a incompetência para manter o funcionamento normal do que herdou e a recusa de vir informar, como é seu dever, todos os que, legitimamente, estão intranquilos com a situação criada pelo Ministério da Educação.

Aquilo que nos preocupa não são as férias estragadas para muitas famílias; aquilo que nos preocupa é que o processo que credibilizou o ensino secundário possa neste momento estar a ser posto em causa e a descredibilizar o trabalho que é feito nas escolas do ensino secundário.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos à Oradora, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Duarte.

O Sr. Pedro Duarte (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Benavente, antes de colocar-lhe uma questão muito concreta, deixe-me tentar fazer um pouco a resenha da realidade que aqui nos trouxe hoje.

Na verdade, estará recordada de que, no passado, na sequência da realização dos exames nacionais do 12.^o ano (estamos a falar, portanto, do ano lectivo de 2001/2002), houve um número bastante significativo de pedidos de reapreciação de provas, como, aliás, é tradicional.

Em consequência destes pedidos de reapreciação, verificámos que houve um aumento significativo das respectivas classificações nos exames nacionais de que estamos a falar. Isto teve também como consequência, como a Sr.^a Deputada estará recordada, o facto de muitas pessoas porem em causa a credibilidade do sistema e até o papel e a importância dos exames nacionais do 12.^o ano...!

Por isso mesmo, e porque o Governo quis também aqui precaver atempadamente a realidade nacional a este respeito, desenvolvemos e colocámos em prática (e todos nós apoiámos o Governo) um sistema de controlo da qualidade das correcções dos exames nacionais do 12.^o ano.

Isso levou-nos a chegar a um ponto em que, com grande rapidez, conseguimos todos perceber este ano, pela

primeira vez, que havia uma enorme disparidade entre as classificações obtidas no âmbito de realidades idênticas, o que, obviamente, poderia colocar em causa os critérios de qualidade que todos prendemos para a correcção dos exames nacionais.

Nesse sentido, e porque o que está em causa é a credibilidade, é o rigor, é o sentido de responsabilidade em matérias fundamentais para o futuro de tantos e tantos jovens no nosso país — nomeadamente no momento decisivo do seu exame nacional de 12.º ano, que dará, em muitos casos, acesso ao ensino superior — e, acautelando as legítimas expectativas dos portugueses, o Governo decidiu, de facto, adiar uma semana a divulgação dos resultados dos exames do 12.º ano, para se poder estudar e aferir a credibilidade e o rigor das correcções. Querer fazer disto um «caso político» parece-nos, no mínimo, estranho.

Obviamente somos muito sensíveis a alguns prejuízos da vida familiar, nomeadamente no que diz respeito a férias das famílias portuguesas. Contudo, temos de perceber o que está em causa.

O que é que é mais importante: é termos um sistema que imponha credibilidade, é termos uma resposta por parte dos exames nacionais e das respectivas correcções que afira a realidade do nosso sistema ou é enveredarmos por uma facilitista — que, se calhar, é património de outros partidos que não estes que estão hoje em dia a apoiar o Governo... —, que provavelmente teria menos consequências nefastas na popularidade imediata, mas que punha em causa o percurso escolar de tantos e tantos jovens, a credibilidade do sistema e que, no fundo, punha também em causa aquilo por que estamos todos a lutar, que é tentar ter uma qualidade de ensino superior no nosso país?

Lamentamos, obviamente, o impacto que esta medida teve nos portugueses, mas temos também muito orgulho na atitude que o Governo assumiu nesta matéria.

Assim, a pergunta que lhe deixo é rápida e fácil: perante estes dados, perante as disparidades conhecidas, o que é que a Sr.ª Deputada faria se estivesse com responsabilidades no Ministério? Lavava as mãos? Assumia a atitude do «deixa estar» habitual? Nada fazia?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

O Orador: — Vamos fazer de conta que está tudo bem ou vamos resolver o problema quando houver correcções de provas em Setembro?

Sr.ª Deputada, este Governo, que enfrenta os problemas e quer resolvê-los no imediato, resolve-os em oito dias, veja lá!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Benavente.

A Sr.ª Ana Benavente (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Duarte, aquilo que acaba de dizer é que as correcções dos exames do 12.º ano não são fiáveis! E isso é extremamente grave para todo este processo.

Primeiro ponto de crítica (que eu jamais faria): o Sr. Ministro da Educação deveria ter vindo aqui dar explicações, porque tanto os jovens — e eu, pessoalmente, que, por acaso, também estou nesta situação — como os pais estão intranquilos. Há até jovens que se perguntam o que é que vai acontecer com os resultados. Se vão subir, se vão descer, se vão ser manipulados, se a correcção vai ser mais ou menos justa...

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que este ano, tenho quase a certeza de que o número de reapreciações vai aumentar. Sabe porquê? Porque se sabe que as correcções não são fiáveis e que houve, posteriormente às correcções, um processo adicional de controlo dessas correcções.

O segundo aspecto que, penso, é preciso acautelar, a tempo e a horas, diz respeito à formação dos correctores, além do que, julgo, este processo de exames, que é muitíssimo exigente, tem de ter melhorias todos os anos.

Aquilo que lamento é que um processo, que já estava consolidado e normalizado, este ano torne, outra vez, nas mãos do PSD, a conhecer problemas que não são o mero adiamento de uma semana mas de 10 dias, com tudo o que isso traz de complicações para a vida das escolas e dos jovens, mas, sobretudo, com a suspeita que faz pairar sobre a seriedade das correcções dos exames.

Portanto, aquilo que lhe digo em resposta às suas questões é que cumpriria os meus compromissos e viria explicar as razões — coisa que o Sr. Ministro da Educação não fez, e se tem recusado a fazer até agora.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de trazer à discussão da Câmara a situação em que se encontra a nossa política de imigração. Recentes factos, acontecidos aquando da visita do Presidente do Brasil Lula da Silva, trazem-nos algumas reflexões suplementares.

É de todos sabido que, há poucos meses, foi aprovada uma lei de entrada, permanência e afastamento de estrangeiros — vulgarmente chamada lei de imigração —, que, na altura, contestámos por ser uma lei demasiadamente restritiva, desumana em vários aspectos, lei essa que aguarda regulamentação há muitos meses.

Contudo, logo na altura da aprovação da lei e sob a inquietação das mais variadas instituições na sociedade portuguesa, ficámos por saber como se resolveriam, pelo menos, dois problemas: o que aconteceria aos imigrantes que estão em Portugal em situação legal com autorizações de permanência, visto que essa figura foi suprimida do ordenamento legal; e o que aconteceria às dezenas e dezenas de milhares de imigrantes que se encontram clandestinos e ilegais no nosso país.

Sendo certo que a política inicial de ostracização e de expulsão em massa desses imigrantes ilegais foi, pouco a pouco, sendo abandonada, porque nem sequer era realista, é aqui que, neste momento, com um certo grau de peculiaridade, temos de olhar para o acordo de contratação recíproca que foi estabelecido entre os Estados português e brasileiro. E, tirando alguns aspectos caricatos dessa legalização de brasileiros que estão ilegalmente em Portugal — porquanto, para «não perder a face», o Governo português vai obrigar a um «turismo» de brasileiros até aos consulados de Vigo e de Sevilha, onde vão interpor o seu pedido de legalização —, a questão nodal não será exactamente essa.

Estamos satisfeitos que se abra uma via de legalização para os cidadãos brasileiros que estão ilegalmente no nosso país, mas perguntamo-nos, de forma bem abasileirada: «e cadê os outros»? Como é que vai ser em relação aos ucranianos, aos moldávios, aos cabo-verdianos, aos angolanos...

lanos, a todas as outras nacionalidades originárias de outro tipo de imigração?

Não podemos infringir o princípio da igualdade, princípio que está constitucionalmente consagrado, além de que, neste momento, haverá que ter em conta como é que se vai, na regulamentação da lei da imigração, atender a todas as situações e não criar movimentos que são absolutamente discriminatórios.

Nada temos contra o facto de se ter avançado na regularização de cidadãos e cidadãs do Brasil, mas é absolutamente inaceitável que esse mecanismo não seja previsto para o conjunto das comunidades migrantes que se encontram no nosso país.

É neste aspecto que o silêncio do Ministro da Administração Interna é insustentável. O Sr. Ministro da Administração Interna deve explicações ao Parlamento e ao País. Em que ponto se encontra a regulamentação da lei de estrangeiros? Como é que vai preencher o princípio constitucional da igualdade? O que vai acontecer aos imigrantes que estão legalmente no nosso país com autorização de permanência? Que mecanismos vamos ter em relação aos imigrantes que se encontram no nosso país em situação ilegal e que não são brasileiros?

O Bloco de Esquerda junta a sua voz aos protestos que irromperam já — desde os do Bispo D. Januário até a uma série de entidades da igreja católica que prontamente contestaram este mecanismo diferenciador que é negativista — e a todas as forças e associações de imigrantes, que neste momento colocam com muita acuidade e com uma intensíssima qualidade cívica o desejo de que haja uma legitimação pelo princípio da igualdade aplicado a toda a comunidade imigrante.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Isto que está a acontecer é errado, vai criar mecanismos de discriminação, de divisão e vai, seguramente, criar mecanismos de xenofobia na sociedade portuguesa, os quais não podemos tolerar nem aceitar seja de que forma for.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Ramalho.

O Sr. Vítor Ramalho (PS): — Sr. Presidente, o pedido de esclarecimentos que pretendo obter do Sr. Deputado tem a ver com uma evidência: a imprescindibilidade de esta questão ser completamente esclarecida por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, somos um país de Diáspora, onde mais de metade da população reside no estrangeiro e, como é evidente relativamente a povos de fala comum, não podemos exigir com uma mão o apoio que, externamente, é concedido aos nossos emigrantes e negar com a outra, discriminatoriamente, aquilo que é a «pedra de toque» da política, inclusivamente da política externa.

Esta questão tem de ser completamente esclarecida, por uma razão acrescida: constatei que um dos argumentos invocados para o apoio de Portugal na invasão do Iraque foi-nos aqui facultado através da necessidade de dar apoio à emigração que temos nos Estados Unidos da América e à protecção desses emigrantes.

Constato, com tristeza, senão mesmo com revolta, que, recentemente, na deslocação do Sr. Primeiro-Ministro a Cabo Verde, o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, relativamente a uma eventualíssima, hipotética e irracional intervenção militar na Coreia do Norte (pasmem-se!), diz estas palavras, que deixo à consideração desta Câmara: «Numa eventual intervenção mili-

tar na Coreia do Norte, Portugal estará incondicionalmente ao lado dos Estados Unidos da América».

A afirmação não é só de uma brutalidade sem nome, como, ainda por cima, deita por terra a legitimidade, ainda que eventualmente houvesse cabimento para ela, dos órgãos de soberania que são o Sr. Presidente da República e esta Assembleia, para além do Conselho de Estado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Admito que tenhamos muitos emigrantes em Pyongyang, exactamente para justificar esta solidariedade incondicional à eventual intervenção de Portugal ao lado dos Estados Unidos da América. Isto para além de outras considerações, que constam do *Correio da Manhã* do passado dia 21, relativamente às consequências das eventuais mortes de soldados da GNR no Iraque — coisa, aliás, «menor», como todo o povo português compreende, e perfeitamente aceitável...

Portanto, é nesta lógica, de uma contradição completamente absurda, que esta clarificação da «pedra de toque» da imigração não discriminatória deve ser aqui assumida e é neste sentido que faço a pergunta ao Sr. Deputado, perguntando-lhe também se se tinha dado conta ou se lhe tinha passado despercebida a «loucura» (termo que sublinho e subscrevo) das afirmações do Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vítor Ramalho, nestas circunstâncias, não podemos fazer o «elogio da loucura»!...

Devo dizer-lhe que partilho das suas preocupações e corroboro os seus argumentos. De resto, é algo que era público e conhecido, uma vez que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros já nos tinha dito que, numa eventual invasão, nesta lógica da guerra infinita, não era o Irão o «senhor que se seguia»... Portanto, todos depreendemos que isso tinha uma concatenação com aquilo que ele tinha dito em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos.

Só podemos lamentar e, mais uma vez, chamar a atenção da Câmara e de todos os órgãos de soberania para o grau de irresponsabilidade de declarações de responsáveis governamentais, no que aqui se pauta pelo Direito internacional e pela exigência de uma ordem mundial de paz e não propriamente de acicate para o desenvolvimento das guerras preventivas e da estratégia hegemónica do império, tal e qual como hoje tem vindo a desenvolver a administração neo-conservadora do Sr. Bush.

Em relação à questão da imigração, partilhando também a sua reflexão, gostaria de acrescentar que não se trata apenas, no âmbito da nossa política externa e tendo em conta a Diáspora, que haja uma reciprocidade de direitos entre os nossos emigrantes e os imigrantes que nos demandam, mas também que isso seja mais extensivo do que a comunidade dos países de língua portuguesa.

Não poderemos deixar que, a todo o custo, se faça aqui uma divisão, que é hoje completamente artificial, entre imigrantes originários de países lusófonos, de países da CPLP, e outros que constituem já comunidades muito significativas no nosso país. Essa pode não ser, à primeira vista,

também uma dimensão da nossa política externa, mas, seguramente, vai ser, particularmente no que toca à entreajudada pacífica e à distensão à escala europeia.

Além disso, para que tenhamos uma política europeia e exemplar, do ponto de vista da generosidade e do acolhimento dos imigrantes, muito ao revés daquilo que têm sido as decisões sobre política de imigração, que começaram em Tampere, continuaram em Sevilha e ainda agora foram reafirmadas, que não têm excelente guarida no actual texto pré-constitucional europeu, mas que nos suscita a maior das preocupações sobre aquilo que é a densidade dos direitos de cidadania, que estão a ser verdadeiramente atingidos.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois dos enormes cortes orçamentais no Ministério da Cultura é difícil identificar, mesmo que meros indícios, qualquer política cultural que não se resume à atitude economicista da fusão, da extinção ou do encerramento.

O Governo decretou o empobrecimento da actividade cultural do País e dos portugueses. Os deveres do Estado consagrados na Constituição são «letra morta» no que à Cultura diz respeito.

A Cultura e a Educação, para esta maioria, não são prioridades. O Governo está exclusivamente preocupado com a nossa presença no Iraque.

O cenário é caricato! O Governo que considera o turismo como actividade económica importante, é o mesmo que impede os turistas de visitarem os museus por falta de recursos humanos e financeiros.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Por isso, a matéria que aqui trazemos hoje é mais um mau exemplo a juntar a tantos outros.

Em nome de uma contenção financeira «cega e surda», o Governo está a pôr em causa a criação cultural nas áreas do teatro e da música.

De acordo com o Texto constitucional «o Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural (...)), incumbindo ainda ao Estado, entre outros, o dever de «Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade».

É deprimente que, ano após ano, os criadores, que se substituem ao Estado nas suas obrigações culturais, precisem de colocar na praça pública a ausência de rigor, a ausência de transparência e mesmo até o desprestígio que decorre da apreciação formulada pela tutela das suas propostas de trabalho.

Este ano não constitui excepção. As entidades candidataram-se, como habitualmente, ao apoio a que têm direito, através de projectos apresentados ao Instituto Português das Artes do Espectáculo e as consequências são, de facto, inaceitáveis.

Relativamente às actividades teatrais de carácter profissional e de iniciativa não governamental, o júri do IPAE pronunciou-se, em Fevereiro de 2003, no que se refere à selecção de candidaturas, alvo de concessão de apoios financeiros. Ouvidos em audiência, os interessados de al-

gumas das candidaturas não seleccionadas fundamentaram as suas razões de discordância e solicitaram inúmeros esclarecimentos. Cinco meses decorridos, e as respostas ainda não chegaram!

A matéria em causa exige, no mínimo, clarificação por parte do Governo.

Segundo os candidatos, o júri introduziu novos dados no decurso do processo de avaliação, utilizou regras que desvirtuam a Portaria e o respectivo Regulamento e não cumpriu os procedimentos administrativos inerentes a um concurso público. Um outro facto referido pelos candidatos é a suspeição relativamente à independência do júri perante todas as candidaturas apresentadas.

No que se refere às candidaturas que obtiveram apoio financeiro o cenário não é menos preocupante. A decisão foi dada a conhecer também no passado mês de Fevereiro e, até hoje, apesar de todos os esforços, os responsáveis pelas candidaturas seleccionadas nada mais sabem. De Fevereiro a Julho aguardam a homologação da tutela e naturalmente a atribuição dos respectivos apoios financeiros.

Entretanto, os programas anuais, os festivais e os projectos pontuais aprovados estão em causa.

Como é já público há profissionais que abdicaram das suas remunerações em prol da realização de algumas actividades, porque querem honrar compromissos assumidos. Há criadores a recorrer a empréstimos bancários. E o Governo permanece em silêncio, sem nenhuma explicação, como se não tivesse responsabilidades em todo este processo.

Finalmente, também na área da música a situação não é diferente: projectos existiram que obtiveram a pontuação requerida para terem acesso a apoio financeiro, no entanto, não o vão ter e não sabem porquê.

Mas, quando os interessados pretenderam recorrer das decisões por as considerarem injustas e despropositadas, a falta de transparência e rigor foi notória: não existiu uma grelha-padrão de classificação dos projectos; o conjunto de critérios e parâmetros não estava quantificado; e um dos interessados foi informado de que deveria centrar o seu recurso na apreciação dos projectos dos outros concorrentes, ou seja, para defender o seu projecto, deveria destruir os restantes.

E acrescenta, numa carta endereçada à Assembleia da República: «O que é de pasmar é que o júri que avalia os recursos seja o mesmo que aprecia as candidaturas. Isto equivale a, num tribunal, ao ser-se sentenciado por um colectivo de juizes e recorrendo da sentença, ser o mesmo colectivo que vai apreciar o recurso».

E acrescenta, numa carta endereçada à Assembleia da República: «O que é de pasmar é que o júri que avalia os recursos seja o mesmo que apreciara as candidaturas. Isto equivale a, num tribunal, ao ser-se sentenciado por um colectivo de juizes e recorrendo da sentença, ser o mesmo colectivo que vai apreciar o recurso».

Perante tão graves denúncias, é urgente que o Governo quebre o silêncio e encontre respostas para explicar, por exemplo, porque não foram homologadas as candidaturas aprovadas pelo IPAE em Fevereiro último.

Quando pretende o Governo, se é que pretende, proceder à homologação e efectivar os apoios financeiros em dívida?

Como justifica o Governo que, em Julho de 2003, ainda estejam a ser entregues apoios financeiros relativos às candidaturas do ano de 2002?

Quantas candidaturas, e quais, foram apresentadas na área do teatro e da música e dessas quais é que, efectivamente, tiveram apoio financeiro?

Foram ou não utilizados mecanismos que questionam a Portaria, o respectivo Regulamento e os procedimentos administrativos inerentes a um concurso público?

Foi ou não assegurada, de forma rigorosa, a independência do júri relativamente às candidaturas apresentadas, quer na área do teatro, quer na área da música?

Naturalmente que os Srs. Deputados do PSD e do CDS estão em condições de responder a todas estas questões e de esclarecer toda esta confusão.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é optimismo!

A Oradora: — Como justifica o Governo a ausência de instrumentos objectivos de avaliação, nomeadamente a grelha de classificação dos projectos e a quantificação dos critérios e dos parâmetros, imprescindíveis ao rigor e à transparência de um concurso público?

Sendo sobretudo o Governo o responsável pelas dificuldades financeiras que enfrentam os criadores, particularmente os que tiveram direito a apoio, é indispensável tomar medidas para minimizar as graves consequências provocadas pelo atraso exclusivamente da responsabilidade da administração central.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como se podem criar expectativas, proceder a avaliações, informar os candidatos que obtiveram a pontuação requerida e depois negar-lhes o apoio financeiro?!

E quando os interessados exercem legitimamente os seus direitos, recorrendo da apreciação e da decisão, o Governo garante-lhes a imparcialidade da apreciação do recurso, assegurando-lhes que a entidade que decidiu da matéria que é objecto de recurso é exactamente a mesma que vai avaliar o recurso.

É, de facto, inaceitável! É, de facto, uma vergonha! E, se não fosse verdade, poderia ser uma anedota!

Aplausos do PCP.

O Sr. José Magalhães (PS): — Infelizmente, é verdade!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Gonçalo Capitão e Ana Benavente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Capitão.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Tiveram de ir buscar um homem bastante imaginativo!

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Sr. Presidente, depois deste prelúdio que concedi de bom grado ao PS, vamos, então, falar do PS e perguntar à Sr.^a Deputada Luísa Mesquita se não tem a noção de que, finalmente, tem um Governo que aplica rigor em todas as áreas da governação.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É verdade!

Risos do PS.

O Sr. José Magalhães (PS): — Qual Governo?!

O Orador: — Desde logo, aqueles senhores que se estão a rir foram camaradas de governo, companheiros de governo ou colegas de governo de um ministro chamado Manuel Maria Carrilho, que, nesta questão da atribuição de subsídios, por exemplo, descarrilou completamente!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Uma vergonha!

O Orador: — Porquê? Porque, inclusive, foi violada uma regra administrativa básica, que é o princípio da audiência prévia dos interessados. E por causa disso o Estado português, no domínio da cultura, está a responder e a perder em tribunal.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É verdade!

O Orador: — Mais: se a Sr.^a Deputada quer falar dos atrasos dos concursos do ano passado, valeria a pena falar de um despacho do Ministro Santos Silva, que ordenou ao IPAE que fosse pagando os subsídios à medida da sua disponibilidade até se encontrar cabimentação para os mesmos.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Este Governo é que não tem cabimento!

O Orador: — É sobre isto que valia a pena falar, em nome do rigor.

Portanto, se quer falar deste Governo, direi que este é o mesmo Governo que nunca mais atribuirá subsídios sem cabimentação prévia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Este é o mesmo Governo que, presentemente, está em condições de assegurar que os subsídios relativos a 2003, consoante as áreas, estarão pagos até ao final deste mês, em alguns casos a 100% e noutros a mais de 50%. Em todo o caso, para os diversos sectores considerados, como, por exemplo, a música e o teatro, estarão asseguradas quer a cabimentação quer taxas de pagamento das *tranches* atribuídas numa percentagem muito mais elevada do que a atribuída pelo governo socialista.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mais ainda: a partir de 2004, porque não se justifica que os criadores consagrados estejam sujeitos ao arbítrio de um qualquer ministro, qual príncipe florentino, que vá passando pelo lugar, a regra passará a ser a da plurianualidade e da estabilidade na atribuição de subsídios, o que era, parece-me, uma coisa que a Sr.^a Deputada também não perderia em ter louvado. E o próprio envolvimento que se prevê das comunidades locais — e o PCP tem uma tradição bastante vasta em matéria de autarquias — também deveria merecer um cumprimento da sua parte, uma vez que as autarquias são detentoras de cerca de 90% das salas de espectáculos do País.

Eis como estamos a caminhar no sentido do rigor e da seriedade!

Mas, se quer falar ainda mais de legalidade, acrescentarei que este é o mesmo Governo que vai deixar de atribuir subsídios através de despachos normativos. Tem de passar a atribuí-los por decreto-lei para haver uma norma habilitante, se quer falar de rigor nesta matéria.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Parece que neste caso não houve!

O Orador: — Em suma, o que lhe pergunto, Sr.^a Deputada, é se não reconhece aqui uma política de rigor e se

não reconhece que, apesar de tudo, já que também falou na questão dos recursos, temos de os ponderar.

Olhe: o que não vai acontecer mais é arrendamentos ou concessões do Teatro Camões por 30 anos, que custam aos portugueses cerca de 1000 contos/dia! O que não vai acontecer mais é coisas que se chamem 2001, seja no Porto ou noutro sítio, que só têm obras prontas daí a dois ou três anos! E o que não vai acontecer mais é novo-riquismo na cultura!

Portanto, pergunto-lhe se reconhece ou não que estamos no caminho do rigor e da seriedade e se cumprimenta ou não este Governo pela promessa assumida de que vai regularizar os subsídios até ao final deste mês.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Luísa Mesquita fez saber à Mesa que responderá, no final, aos dois pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Benavente.

A Sr.^a Ana Benavente (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, acabámos de assistir a um discurso administrativo e não a um discurso ou a uma pergunta sobre a cultura. Mas eu gostava de voltar à questão da cultura e à preocupação, que partilhamos, no que se refere ao desenvolvimento do País, com as características que ele tem e com o desinvestimento a que assistimos.

A Sr.^a Deputada evocou algumas questões que estão em grande desorganização e desacerto, mas eu gostava de dizer que, também nas questões orgânicas, nomeadamente em relação à fusão de institutos, prevista e anunciada mas ainda não concretizada, e nas questões estruturais a invisibilidade da acção deste Governo na área da cultura, aliás, bastante bem retratada em quadros humorísticos na comunicação social, é muitíssimo preocupante.

Para além das questões que enunciou como exemplos, tendo em conta aquilo que foi anunciado pelo Governo, e que consta do seu Programa, como uma medida de fundo, a da articulação entre a cultura e a educação, tendo nós consciência de que os níveis de literacia e o aumento dos níveis educativos do País exigem uma política cultural continuada, uma política que seja capaz de assegurar a produção cultural nas várias áreas e aos vários níveis da sociedade, tendo em conta, ainda, o anúncio de que seriam tomadas medidas para que a escola fosse um lugar de promoção da cultura, gostava de lhe perguntar se não lhe parece preocupante que uma medida que tinha sido adoptada e cujo financiamento tinha sido assegurado, que tinha a ver com a oferta de expressões aos alunos da escolaridade básica obrigatória — teatro, música, pintura ou dança, segundo a situação das escolas e o que parecesse mais adequado —, tenha desaparecido por via de um decreto-lei do Ministério da Educação. Essa oferta foi retirada das escolas e hoje, na área da cultura, há apenas a educação visual, ou seja o desenho, como oferta para todos os jovens.

Sabendo nós que a cultura tem um carácter regenerador, um carácter fundamental na formação das pessoas, pergunto-lhe também se, para além deste desencontro e desta asfixia em que vive a produção cultural, não é preocupante que, também na área da educação, a pobreza cultural seja imensa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de começar por referir aos Srs. Deputados Ana Benavente e Gonçalo Capitão que não é muito difícil concluir que não há política cultural. Nem mesmo a magreza das medidas que estavam previstas no Programa do Governo e que aqui foram apresentadas foram cumpridas! Mas há razões óbvias para que assim aconteça: depois dos cortes orçamentais relativamente ao Ministério da Cultura, de facto, não há milagres e, portanto, não há política cultural. Aliás, não é por mero acaso que os turistas estão impedidos de entrar nos mais importantes museus do País.

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Já não estão!

A Oradora: — É que estes têm de fechar à hora de almoço! E o Sr. Ministro já o confirmou. Disse que lamentava que, a partir do mês de Abril, tendo nós tantos turistas em Portugal, não houvesse condições para garantir que museus tão importantes como os sediados na capital pudessem estar abertos à hora de almoço para os receber. É uma coisa que toda a gente sabe!

Quanto à formação de públicos nas escolas, toda a gente sabe que não há artistas nas escolas! Toda a gente sabe que não há ensino artístico nas escolas!

Quanto aos apoios, Sr. Deputado Gonçalo Capitão, o senhor esteve comigo na audição...

Risos do Deputado do PSD Gonçalo Capitão.

Pode rir-se... Até porque tem de rir-se daquilo que afirmou!

O Sr. Deputado esteve comigo na audição e, portanto, sabe que, quando afirmou que se garantia o pagamento a 100% às companhias ou aos artistas que se candidataram aos últimos concursos, os artistas que estavam à nossa frente ficaram extremamente preocupados, sorriram e, depois, disseram-lhe na sua cara que não era isso que estava escrito no protocolo e que era melhor que o Sr. Deputado confirmasse com o Governo a informação que lhe havia sido dada, porque aquilo que estava escrito no protocolo não era qualquer confirmação nem a certeza de receberem o subsídio a 100%. Este é o primeiro facto.

Segundo facto, Sr. Deputado: há um anteprojecto — e, para nós o poderemos conhecer, ele já veio a público — que é grave e determinante, porque, com ele, temos o fim dos apoios. Não se trata de atraso mas, sim, do fim dos apoios dados pelo Ministério da Cultura, passando a haver a municipalização dos apoios. Ou seja, o anteprojecto refere com toda a clareza que são as câmaras municipais, em contacto com as escolas e com as universidades — onde as haja —, que deverão resolver o problema dos apoios à música e à dança.

Portanto, o texto constitucional nesta matéria e aquilo que são as responsabilidades do Estado e do Governo é algo que não incomoda o Sr. Deputado, a maioria que integra e o Governo que sustenta. É bom que isto seja dito.

Relativamente, ainda, ao vazio da política cultural e ao empobrecimento decretado pelo Governo, chega, Sr. Deputado! Primeiro, a intervenção foi feita pelo Grupo Parlamentar do PCP e não pelo Grupo Parlamentar do PS, pelo que o Sr. Deputado deveria, pelo menos, ter tido a

preocupação de justificar as medidas ou a ausência delas e não as más medidas do seu Governo com aquilo que foi a actuação do governo do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

A **Oradora**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado deveria explicar não só como é que, tendo o seu Governo tomado posse em Abril de 2002, está a pagar apoios de 2002 em Julho de 2003 mas também porque razão o seu Governo toma uma decisão em Fevereiro de 2003 e em Julho de 2003 ainda não foi capaz de homologar os despachos relativos aos apoios financeiros. Isso é que teria sido importante que explicasse!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, Os Verdes, vamos retomar a questão que hoje o PSD decidiu introduzir nesta reunião e que respeita aos fogos florestais.

Começamos por falar da Sertã, de Vila de Rei e de Mação, onde se verificaram 4000 ha destruídos, precisamente na maior mancha de pinheiro de toda a Europa. O PSD optou por saudar todos aqueles que estiveram empenhados no combate aos incêndios e Os Verdes entendem que, mais do que saudar aqueles que arriscam a vida nos incêndios, talvez fosse mais inteligente, de uma vez por todas, começar por discutir e, mais do que discutir, adoptar medidas para prevenir os incêndios.

Os incêndios não são propriamente uma fatalidade, os incêndios, tanto quanto as estatísticas permitem identificar, são em 98% dos casos resultado da acção humana.

Por isso, pensamos que é por aqui que a discussão se deve travar.

A discussão deve travar-se a partir de Vila de Rei, mas deve travar-se também tomando, porventura, como exemplo, que não é uma questão menor, embora a área ardida seja menos significativa, o Parque Natural do Montesinho, em que cerca de 300 ha arderam com uma rapidez extrema há dois fins-de-semana atrás.

Estes dois exemplos remetem-nos para a importância ambiental, económica e social da floresta, que ocupa 38% do território nacional.

Actualmente, ardem cerca de 120 000 ha/ano de floresta em, aproximadamente, 20 000 incêndios. Hoje, temos cerca do dobro da área ardida que tínhamos há duas décadas, temos perdas extremamente significativas.

Talvez fosse bom que o Governo, tão ufano em vir falar do combate aos incêndios, por uma vez pensasse que cada hectare ardido são 3000 euros de prejuízo só do ponto de económico, para além dos prejuízos ambientais que, naturalmente, não são passíveis de quantificar nem de substituir. É neste quadro que entendemos que a discussão deve ser feita.

O Parque Natural de Montesinho não ardeu por acaso. O Parque Natural de Montesinho está há anos, particularmente há um ano e meio, numa situação de abandono, de desleixo, ao Deus dará; está há meses com uma direcção demissionária, sem que o Governo tome medidas para a substituir. O Parque Natural de Montesinho está há mais

de um ano à espera de um plano de ordenamento para garantir uma gestão adequada.

Porventura, se estas duas coisas que são da exclusiva responsabilidade do Governo tivessem sido feitas, o incêndio não teria ocorrido da forma como ocorreu.

Mas, Srs. Deputados, também é importante falar daquilo que são as políticas ou a ausência delas.

Nós continuamos — e o Governo nesta matéria tem sido omisso e esse não é propriamente um bom sinal! — com planos regionais de ordenamento florestal por fazer.

A pergunta que cabe colocar, porventura à maioria, é por que é que os planos regionais de ordenamento florestal estão à espera.

A pergunta que cabe fazer é por que é que não existe um sistema integrado de sensibilização dos cidadãos, sendo certo que 26% dos incêndios que temos são de origem criminosa, e naturalmente há que agir para encontrar os culpados, mas cerca de 40% são resultado de negligência, o que dito de outro modo significa que é preciso fazer um trabalho, que não é só da administração interna, é das escolas, é do ambiente, é da agricultura, para sensibilizar e fazer pedagogia junto dos cidadãos, junto das comunidades locais. Pois bem, o Governo até agora, nesta matéria, nada fez.

Outro aspecto que não pode ser negligenciado diz respeito às questões meteorológicas, que, naturalmente, tem que ver com as mudanças climáticas que são um factor de risco adicional, particularmente num país como o nosso onde cerca de um quarto da floresta é de eucalipto, por razões que todos conhecemos.

Pois bem, no ano passado, o Governo disse que neste ano ia pôr em prática um programa de acção no sector florestal, precisamente fazendo uma articulação entre as mudanças de temperatura e a necessidade de prevenir incêndios. Estamos em Julho de 2003 e esse programa não saiu da gaveta!

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendemos que mais do que chorar e fazer louvores, que são seguramente justos e necessários, aos que arriscam a vida para combater incêndios, mais do que mencionar aquele outro negócio oculto do combate aos incêndios e das empresas que se movem nesse terreno opaco, seria bom que de uma vez por todas este Governo e esta maioria agissem no sentido de prevenir incêndios, de dotar a floresta de meios que lhe permita estar bem ordenada, limpa, a fim de prevenir situações como as que ocorreram, porque o custo é muito menor não só do ponto de vista económico mas também, seguramente, do ponto de vista ambiental.

Enfim, sabemos que esta é, lamentavelmente, uma questão menor para esta maioria, mas trata-se de um património fundamental que não pode permanecer, como os senhores têm a responsabilidade de ter mantido, ao Deus dará.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, em nome da bancada do CDS-PP, gostava de saudar as corporações de bombeiros portugueses pelo grande esforço que têm feito no combate aos fogos florestais, nomeadamente os ocorridos no passado fim-de-semana, bem como o Governo pelo apoio que tem dado, que tem sido claro e incondicional, e,

naturalmente, de transmitir uma palavra de solidariedade para com situações destas, que, infelizmente, ocorrerão necessariamente num futuro próximo, nomeadamente nesta época de Verão, por via de fogos quase sempre criminosos e relativamente aos quais o Governo nada pode fazer, como é evidente.

De todo o modo, vamos agora discutir, como tinha sido proposto pelo Partido Socialista, a política de execução orçamental do Governo. Certamente que nesse momento o mesmo Partido Socialista que há bem pouco tempo se enganou em quase todas as previsões, fossem do défice, da inflação, ou muitas outras, vai criticar violentamente o Governo, porventura por intermédio dos mesmos anteriores responsáveis, afirmando que Portugal não vai no bom caminho; dirão até, certamente, quando chamados à atenção para as suas responsabilidades recentes, que por tais faltas já foram julgados pelos portugueses e que em razão delas sofreram a máxima penalização da derrota eleitoral. Só que, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, parece-nos que não é bem assim.

Há hoje quem, como aconteceu no passado recente, detendo importantíssimas responsabilidades na gestão dos dinheiros públicos, os desbarate e, pior, com arrogância, não queira prestar contas por essa faltas e desrespeito até a Assembleia da República.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Refiro aqui, na oportunidade e por todos, o exemplo paradigmático de um presidente de câmara do Partido Socialista eleito há mais de 25 anos, no caso concreto para a Câmara Municipal de Braga, capital do distrito pelo qual fui eleito.

Há mais de 25 anos que em Braga vêm sendo feitas obras públicas, e não só, mas públicas também, sem gosto e sem planeamento estigmatizando para sempre, infelizmente com mamarrachos, aquele que já foi um dos mais bonitos concelhos deste país.

Igualmente grave é que há já mais de 25 anos que, no momento de contabilizar os dinheiros públicos que foram gastos neste concelho, se verifica que todas as previsões foram quase sempre ultrapassadas muito para além de todos os limites considerados minimamente toleráveis.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — E outro facto também extraordinário é que há mais de 25 anos que se verifica que as obras públicas continuam a ser adjudicadas a empresas que executaram obras relativamente às quais se verificaram estas derrapagens, como se não houvesse sequer a presunção de que uma empresa que uma, duas, cinco, dez, vinte vezes ultrapasse intoleravelmente esses preços, essas previsões, numa obra seguinte, naturalmente, também irá ultrapassá-los.

Tudo isto são exemplos estranhos da acção de um autarca que, de todo o modo, lá vai ganhando as eleições!...

Mas, na falta de tempo, gostava de deixar aqui um exemplo daquilo que digo e que, por razão de coerência, bem merecia dos responsáveis do Partido Socialista, nomeadamente dos que hoje aqui estão, posição equivalente àquela que lhes merece a política do Governo na área do orçamento e das finanças públicas. É que a discussão da política orçamental, quando feita de boa fé, não deveria ter no seu propósito nenhuma matriz político-partidária. A política orçamental deveria discutir-se objectivamente e ela

não pode ser melhor ou pior conforme tenhamos à sua frente alguém que é de um partido da maioria ou alguém que é do Partido Socialista.

Mas vamos ao dito exemplo: encontra-se em execução a construção do novo estádio de futebol de Braga, empreendimento anunciado com pompa e circunstância como a obra do regime bracarense, o que é significativo tratando-se de um distrito tão carenciado noutros sectores. A verdade é que esta obra teve um custo inicial previsto de 31 293 082 milhões de euros e, como o próprio Presidente da Câmara Municipal de Braga já reconheceu, o estádio vai custar muito mais dinheiro aos contribuintes do que aquele que estava inicialmente previsto. Ou seja, o projecto inicial para a construção do estádio era, grosso modo, no valor de 6 milhões de contos, optou-se depois por um projecto mais ambicioso que custaria cerca de 11 milhões de contos e hoje, de acordo com a auditoria realizada, o custo final previsível da obra já vai nos 15 milhões de contos.

Quer isto dizer que só com esta obra permitiu um responsável socialista (ou um irresponsável socialista!) que gere dinheiros públicos uma derrapagem de 9 milhões de contos...

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Então, e os outros?!

O Orador: — ... relativamente ao projecto inicial e de 4 milhões de contos relativamente ao projecto pelo qual finalmente se optou.

Isto é um exemplo do que não deve e não pode acontecer no que toca à gestão dos dinheiros públicos, e é bom de ver que se trata precisamente de um autarca socialista que vinha reclamando contra a política do Governo no sentido de limitar a capacidade de endividamento das autarquias face ao descalabro a que as contas públicas tinham chegado neste país.

Isto acontece todos os dias há mais de 25 anos por acção de um dos mais destacados dirigentes do Partido Socialista, sendo que, a propósito deste autarca, nada é dito pelo directório do mesmo partido.

Termino com uma nota sobre a desconsideração deste presidente de câmara para com esta Assembleia da República.

A propósito desta obra, o Presidente da Câmara anunciou a Deputados da comissão do EURO 2004, nomeadamente ao Deputado João Pinho de Almeida, numa deslocação feita a Braga, que não sabia quanto iria ser o custo final. Ou seja, numa obra tão importante como esta, o Presidente da Câmara (veja-se) afirmou que não sabia quanto é que iria custar!

Mais: apresentei um requerimento onde solicitava uma série de informações, nomeadamente sobre as razões da derrapagem nesta e noutras obras públicas, e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga recebi a resposta de que só responde a vereadores ou a deputados municipais por serem os únicos, pasme-se, que têm legitimidade para o questionar nestas matérias,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Grande democracia...!

O Oradora: — ... esquecendo, nomeadamente, a disposição expressamente prevista no Regimento da Assembleia da República, que confere aos Deputados o direito de questionarem, nomeadamente, autarcas e autarquias sobre

questões que entendam convenientes para o exercício do seu mandato!

Esta é também uma prova de desrespeito deste autarca socialista, deste presidente de câmara socialista, deste responsável socialista, para com a Assembleia da República, por intermédio de um seu Deputado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É uma nota que aqui deixo, sendo que, oportunamente, terei de questionar o Sr. Presidente da comissão do EURO 2004 para me esclarecer o que, eventualmente, poderá saber (se é que a ele também lhe é dita alguma coisa!) e na 1.ª Comissão apresentarei um requerimento para expressamente dar conta desta indignação em nome do meu partido, mas também em nome da Assembleia da República.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, ainda bem que trouxe aqui esta questão, porque realmente o que se passa com a construção do estádio de Braga é um péssimo exemplo.

No EURO 2004 e nos 10 estádios não há praticamente derrapagens de custos.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Todos os donos das obras têm tido o cuidado de evitar esse tipo de derrapagens e tem havido também da parte do Governo uma intenção e uma definição claras de que não haverá mais participação do Estado nas despesas de construção destes estádios, o que tem sido concretizado.

Esta situação de Braga é singular pelo seguinte: o dono da obra é a Câmara Municipal de Braga e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, o Eng.º Mesquita Machado, é também um destacado dirigente socialista de Braga e Presidente do Parque de Exposições de Braga (o Estádio, naturalmente, chamar-se-á «Estádio Eng.º Mesquita Machado»), mas é natural que entre todas estas entidades que são presididas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga existam já relações financeiras.

Sr. Deputado, eu próprio, enquanto membro da comissão do EURO 2004, numa visita ao estádio, interroguei o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga e dono da obra sobre quais iriam ser os custos finais do estádio de Braga e ele também me respondeu que não sabia e que não estava preocupado com isso.

Nós consideramos que esta situação é escandalosa e inaceitável pelo seguinte: todos nós sabemos que o Partido Socialista, quando esteve no governo, não se preocupou muito com o rigor e com a contenção das despesas...

Vozes do PSD: — Nada!

O Orador: — ... e agora exige deste Governo que tenha rigor e contenção nas despesas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Porém, esquece-se que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, um destacado dirigente so-

cialista, criou uma situação completamente inaceitável, que ninguém no País pode aceitar.

Por isso, a minha pergunta é esta: como é que se compatibiliza a atitude de quem, por um lado, apregoa agora o rigor e a contenção e, por outro, não põe em ordem um comportamento deste por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, tem a palavra para responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Velosa, quase diria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga é o dono da obra e o «dono da bola», porque é ele que decide tudo e, normalmente, não ouve ninguém, sendo que isto só se explica por uma razão: é que este tipo de atitude é recorrente em Braga.

O Sr. José Magalhães (PS): — É uma questão geográfica!... Santo Deus!

O Orador: — Há anos, há mais de 25 anos que as obras públicas, relativamente às previsões iniciais, sofrem derrapagens que ninguém percebe, acabando por custar muito mais do que aquilo que estava inicialmente previsto. E, para mim, o que é mais relevante é que, apesar destes factos, acabam por ser muitas vezes, senão quase todas as vezes, as empresas que permitiram estas derrapagens as mesmas relativamente às quais as obras públicas seguintes são novamente adjudicadas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Isto é uma coisa que, a mim, não me entra, que não percebo! Como é que uma empresa não cumpre, como é que os dinheiros públicos são desbaratados por essa via e por que é que, depois, essa empresa vem novamente a ser beneficiada, no futuro, com outras obras?! Isto sucede há mais de 25 anos!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Sinceramente, não consigo explicar isto, mas é uma explicação que só o Sr. Presidente da Câmara de Braga é que pode dar ou, eventualmente, algum responsável do Partido Socialista que com ele se dê melhor, já que à Assembleia da República ele não responde.

Agora, devo explicar-lhe que isto acaba por ser recorrente ainda por outra razão. Vou dar-lhe um exemplo, que é paradigmático, do estado a que as coisas chegaram em Braga e que tem a ver com o Parque de Exposições.

O Parque de Exposições de Braga tem como presidente do conselho de administração o Sr. Eng.º Mesquita Machado,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Ah!

O Orador: — ... que é, ao mesmo tempo, membro da concelhia do Partido Socialista de Braga e que é, naturalmente, o Presidente da Câmara Municipal de Braga. O Parque de Exposições está em situação de pré-falência. Quando, há pouco tempo, foi divulgada uma série de do-

cumentação relativa a esta questão, o que é que se verificou? Que um dos devedores do Parque de Exposições de Braga era precisamente a concelhia do Partido Socialista.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Ora, temos aqui um denominador comum: Eng.º Mesquita Machado.

Curiosamente, da mesma documentação constava que a concelhia de Braga do Partido Socialista era considerada como uma entidade de cobrança duvidosa, que é outro facto extraordinário. Ou seja, o Eng.º Mesquita Machado, à frente do Parque de Exposições de Braga, considerou a concelhia de Braga, de que ele faz parte, como entidade de cobrança duvidosa.

Risos do CDS-PP e do PSD.

E, depois, propunha-se pedir à Câmara Municipal de Braga, de que é Presidente, que ajudasse a resolver o problema, porventura dando mais uns dinheiros públicos ao Parque de Exposições, ficando tudo em beleza.

Bom, é assim que se resolvem as coisas em Braga, é assim que se gerem os dinheiros públicos em Braga, por intermédio de um responsável e dirigente do Partido Socialista. E a verdade é que os dirigentes socialistas que hoje se propõem criticar o Governo, que é um governo de rigor nas contas públicas, são os mesmos que, quanto a este descalabro, num contrato-programa em concreto, que é o do estádio e que foi celebrado pelo Partido Socialista quando estava no governo, nada dizem. Isto também é muito significativo quanto à idoneidade de quem aqui vai ter uma discussão tão importante já em seguida.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Elisa Guimarães Ferreira.

A Sr.ª Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, penso que trazer a esta Assembleia pseudo-despesismos camarários...

Vozes do CDS-PP: — Pseudo-despesismos?!

A Oradora: — Sim, sim!

Risos do CDS-PP e do PSD.

Como estava a dizer, trazer aqui pseudo-despesismos camarários é, de facto, a melhor maneira de enquadrar e relativizar aquilo que está a acontecer com as contas públicas. Efectivamente, depois de tanta conversa sobre o despesismo socialista, aquilo a que se assiste neste momento é à derrapagem total das contas públicas, com as despesas a crescerem de uma forma incontida e as receitas a baixarem. Talvez por isso, o Sr. Deputado, à falta de argumento para discutir o assunto que está hoje na agenda, tenha entendido que era preferível abrir aqui uma discussão sobre Braga.

Em segundo lugar, não estou mandatada nem o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga precisa que eu venha aqui defender a sua honra,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Também era difícil!

A Oradora: — ... mas, Sr. Deputado Nuno Melo, penso que, a bem da ética que deve pautar o discurso político, de duas, uma: ou o Sr. Deputado tem matéria para, nos espaços com legitimidade para tal, abrir processos relativos à imputação de culpas e fraudes — que é o que está implícito no seu discurso — ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga ou é completamente despropositado vir aqui fazer acusações e insinuações que, de facto, não podem nem devem ter, neste espaço, uma discussão como aquela que têm de ter nos órgãos próprios.

Portanto, Sr. Deputado Nuno Melo, se tem matéria para invocar, para argumentar e, sobretudo, para provar aquilo que diz, argumente, prove e abra os processos nos locais certos; se não tem, venhamos aqui discutir, talvez, a situação do emprego e do investimento público em Braga, porque esse é um assunto que afecta realmente muitos mais portugueses, num dos distritos mais importantes para a dinâmica económica nacional e que, neste momento, tem dos maiores índices de desemprego nacionais.

Sr. Deputado Nuno Melo, vamos dar algum nível às coisas. Se tem, de facto, matéria de acusação, acuse,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já vou acusar!

A Oradora: — ... mas acuse mesmo, não insinue! É isto que lhe peço, a bem da ética política e da dignificação do espaço da Assembleia da República.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Elisa Ferreira, deixe-me dizer-lhe que o que está na agenda, nesta parte da ordem de trabalhos, foi o que fiz. Tratou-se de uma declaração política de interesse relevante,...

O Sr. Manuel Alegre (PS): — O Sr. Deputado fez uma acusação pública!

O Orador: — ... que o CDS-PP entendeu relevante.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — E, quanto àquilo que é politicamente relevante para o CDS-PP, ainda é o CDS-PP que o determina e não o Partido Socialista.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Devo, no entanto, relevar, desde já e de início, a desconsideração em que a Sr.ª Deputada tem a Assembleia da República e o desconhecimento que tem do Regimento.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — O Sr. Deputado fez uma acusação pública, não fez uma declaração política!

O Orador: — É que, se atentar naquilo que estabelece o artigo 5.º do Regimento, é direito de qualquer Deputado requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos ou informações que considere relevantes para o exercício do seu mandato.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E mal vai que o EURO 2004 não seja matéria de interesse relevante para esta Assembleia da República! Aliás, até está sentado atrás de si o Presidente de uma comissão parlamentar eventual especificamente criada para o acompanhamento das questões relacionadas com este evento.

Compreendo que, quando se fala de uma derrapagem de milhões, para o Partido Socialista, isso se traduza em pseudo-despesismos mas, para nós, Sr.^a Deputada, uma derrapagem de milhões não é e nunca será um pseudo-despesismo,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... sendo que, Sr.^a Deputada, com a atenção que lhe peço e que foi a mesma que lhe dediquei, se reparar em documentos da própria Presidência do Conselho de Ministros, já de antes como de hoje, verá que, relativamente a Braga, houve um primeiro custo de referência de 6 milhões de contos. Optou-se, depois, por um novo projecto e tenho aqui documentos — repare que estão em papel timbrado da Assembleia da República, pelo que não há «nada na manga», é tudo oficial — onde se refere que o Sr. Presidente da Câmara esclareceu, na comissão, que a Câmara Municipal de Braga optou pelo projecto mais caro, de cerca de 11 milhões de contos. Mas se a Sr.^a Deputada verificar os números da última auditoria realizada, pois bem, verificará que neste momento, pela auditoria oficial, o número previsto, repito, previsto, para a conclusão da obra vai já nos 15 milhões de contos. Ou seja, passámos de valores de 6 milhões de contos para 15 milhões de contos, que é muito mais do dobro daquela que foi a estimativa inicial da primeira obra e, se quiser considerar apenas a obra pela qual a Câmara Municipal optou, que é a dita obra dos 11 milhões de contos, mesmo assim, Sr.^a Deputada, há uma derrapagem de 4 milhões de contos.

Admito que isso, para o Partido Socialista, se traduza num pseudo-despesismo, mas, Sr.^a Deputada, por muito que lhe custe, para esta maioria, constitui uma forma intolerável de tratar os dinheiros públicos...

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — E o CCB?!

O Oradora: — ... e explica muito bem, porventura de forma paradigmática, por que é que até há bem pouco tempo, antes de os senhores perderem as eleições, as contas públicas estavam no estado em que estavam...

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Isso já chateia! O problema é o estado em que estão agora!

O Orador: — ... e por que razão é que o governo socialista tinha perdido completamente o controlo da forma como a generalidade dos autarcas gastavam os dinheiros, que também são dos contribuintes, neste País, no estádio de Braga e não apenas no estádio de Braga mas também em muitos outros.

Protestos do PS.

Portanto, Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, terminando: Deus nos livre e guarde, pelo menos nos próximos tempos e até as finanças públicas voltarem ao caminho da serenidade,

por intermédio da Sr.^a Ministra das Finanças, que aqui se encontra presente, de termos alguém da sua bancada à frente das finanças públicas em Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Isso seria muito mau para o País e não sei se em tão pouco tempo teríamos, novamente, capacidade de dar a volta por cima.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — O senhor não sabe o que diz!

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. Presidente: — Pede a palavra para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Sr. Presidente, temo violar o Regimento, desde logo ao pedir a palavra, por uma razão simples: não faço parte do elenco desta Comissão Permanente.

Sucede que posso aqui estar, como tenho estado, e por duas ou três vezes fui citado pelos meus queridos colegas...

O Sr. Presidente: — Bom! Então, se não faz parte da Comissão Permanente, lamento, mas não posso dar-lhe a palavra.

O Sr. Laurentino Dias (PS): — ... e, enquanto Presidente da comissão de acompanhamento do EURO 2004, depois de ouvir aqui, em reunião plenária da Comissão Permanente,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não posso dar-lhe a palavra.

O Orador: — ... algumas coisas que não correspondem, de facto, à verdade, gostaria de prestar um esclarecimento, se V. Ex.^a permitisse.

O Sr. Presidente: — Lamento, mas não posso dar-lhe a palavra, Sr. Deputado, porque não faz parte da Comissão Permanente.

O Sr. Laurentino Dias (PS): — Admito que o não possa fazer e aceito a decisão de V. Ex.^a, Sr. Presidente.

De qualquer forma, fica a saber-se que não pude falar, porque, se pudesse falar, esclareceria algo que foi mal dito.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Não temos qualquer dúvida a esse respeito. De resto, até mandaram a carta que divulgarei a todos os membros, Sr. Deputado.

A Sr.^a Deputada Elisa Ferreira inscreveu-se para defender a honra da sua bancada. Em que se considera agravada, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Sr. Presidente, penso que as acusações que foram feitas, quer relativas ao despesismo, quer relativas ao modo como foram geri-

dos os contratos anteriores, merecem isso mesmo, pelo que lhe agradecia a concessão do uso da palavra para esse efeito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada, mas peço-lhe o favor de ser breve.

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, sabe tão bem como eu que há muitas razões para um projecto ser ultrapassado em termos de custos.

Quando o Sr. Deputado diz que, no passado, o governo socialista fez contratos completamente descontrolados, como é que só refere Braga e acabou de dizer que todos os outros estádios cumpriram exactamente aquilo que tinha sido acordado?!

Em segundo lugar, não saberá o Sr. Deputado Nuno Melo que o projecto de Braga é um projecto arquitectonicamente completamente distinto de qualquer projecto tradicional?!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E depois?!

A Oradora: — E depois?! Depois, isso significa que uma coisa é descontrolo orçamental, outra coisa são projectos que, pelas suas características, se transformam em símbolos, em termos arquitectónicos e de imagem do País e de uma região.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Que disparate!

A Oradora: — Se o Sr. Deputado olhar para trás e vir o que aconteceu com o Centro Cultural de Belém, e não foi o Governo socialista que o fez, e o que aconteceu com uma série de outras obras públicas, desde estradas a auto-estradas, o Sr. Deputado terá de rever muito daquilo que aqui afirmou e perceber que se quer fazer uma discussão sobre o estádio de Braga, tem de colocar as questões no sítio próprio, na dimensão própria, que haverá justificações para esse excesso e que daí não pode — e este é o ponto principal da minha intervenção — inferir um conjunto de acusações sobre um autarca que, até prova em contrário, tem de lhe merecer a si, como a mim, o maior respeito, porque é um autarca eleito. Se o Sr. Deputado tem provas, use-as contra ele e abra os inquéritos nos locais próprios.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Quanto a autarcas-modelo, Sr. Deputado, estamos conversados e parece-me que não vale a pena, sequer, abrir esse *dossier*.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, a quem peço, igualmente, para ser breve.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou ser breve, conto até nem usar os 3 minutos de que disponho.

Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, convirá V. Ex.^a que, em primeiro lugar, não ofendi a bancada do Partido Socialista. Estou a falar de contas públicas, apresentei números e, portanto, não houve ofensa.

De todo o modo, se ofensa tivesse havido, essa ofensa seria do Eng.^o Mesquita Machado relativamente ao Partido Socialista, que, em tempos, governou este país, pela falta de cumprimento daquilo a que se comprometeu. Essa, sim, é uma razão de ofensa, e uma razão de ofensa que também estou aqui para cobrar, como Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Braga.

Agora, Sr.^a Deputada, não se desculpa o que não tem desculpa e se há conceito que ainda não conheço é o de «descontrolo orçamental arquitectonicamente justificado», que é uma coisa extraordinária.

Risos do CDS-PP.

Se a obra é faraónica, megalómana,...

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — É um projecto especial!

O Orador: — ... então, pode derrapar completamente. Ó Sr.^a Deputada, isto, para quem quer rigor nas contas públicas, é um critério aleatório e arbitrário que não pode existir, porque, nesse caso, não nos entendemos. De cada vez que há um contrato-programa estabelecido entre o Governo e uma câmara municipal, basta que, depois, a câmara municipal invoque as características arquitectónicas e a complexidade do projecto...

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — E no CCB como é que foi?!

O Orador: — ... para que possa derrapar tudo e mais alguma coisa...

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — E no CCB como é que foi?!

O Orador: — ... e entender-se que assim, legitimamente, essa conduta é satisfatória, o que, desde logo, deixe-me que lhe diga, Sr.^a Deputada,...

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — E no CCB como é que foi?!

O Orador: — Ó Sr.^a Deputada, não lhe conhecia esse hábito de falar sobre aquilo que eu digo, porventura para me querer confundir, coisa que, aliás, não consegue. Gostava de tentar dar explicações à razão da sua ofensa, mas, se não quiser que dê, também não dou. Estou a tentar falar para que a Sr.^a Deputada me ouça, mas, se a Sr.^a Deputada falar, com toda a certeza, não me ouve.

Sr.^a Deputada, aquilo que lhe digo é o seguinte: para quem quer, depois, invocar aqui o rigor nas contas públicas e acusar o Governo de tudo e mais alguma coisa e está, neste momento, a querer justificar uma derrapagem, para mais do dobro do valor, de uma obra de milhões, Sr.^a Deputada,...

A Sr.^a Jamila Madeira (PS): — Isso não é verdade!

O Orador: — ... está tudo dito! É uma questão de boa fé e de seriedade na discussão deste problema! E, certamente, quem assistir à discussão que se vai seguir também saberá relevar convenientemente, porventura mais um ou outro excesso que, com toda a certeza, essa bancada

vai cometer. Ou seja: se é socialista, pode derrapar, pode gastar, pode incumprir; se é da maioria, aqui d'el rei, nada é permitido, nada é justificado. Bom, é uma boa regra para quem quer entrar de boa fé numa discussão tão importante, mas não é a regra que seguimos e, portanto, também será por isso, certamente, que somos diferentes.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de passarmos à ordem do dia, gostava de chamar a atenção da Câmara para os últimos acontecimentos verificados em São Tomé e Príncipe. Felizmente, hoje, na altura em que nos reunimos, a situação parece normalizada, tendo regressado o funcionamento das instituições constitucionais. Julgo que esta circunstância é motivo de regozijo para todos nós, pois certamente todos acompanhamos com preocupação o evoluir da situação política num país da comunidade dos povos de língua portuguesa, por isso mesmo muito próximo de nós.

Durante estes dias, tive ocasião, em diversas alturas, de falar pelo telefone com o Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Dionísio Dias, para me solidarizar com ele e para acompanhar o momento difícil que ele passou, uma vez que foi submetido à prisão na qualidade de Presidente da República em substituição. Felizmente, da última vez que falei com ele já estava em liberdade. Os outros membros do Parlamento que foram chamados pelos revoltosos voltaram também à liberdade e as instituições estão, hoje, a funcionar como deve ser.

Por isso mesmo, parece-me que, no espírito que anima a solidariedade entre os parlamentos dos países de língua portuguesa, não podemos deixar de nos regozijar com o regresso de São Tomé e Príncipe à normalidade constitucional e de exprimir a nossa solidariedade com as instituições democráticas eleitas, nomeadamente com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e com o seu Presidente, Dionísio Dias.

Redigi o projecto de um voto que admito poder ser subscrito e votado por todos para exprimirmos a nossa solidariedade. Nada do que se passa no mundo no que concerne à liberdade e à democracia nos é alheio, mas de uma forma especial não nos é alheio aquilo que ocorre nos países com os quais Portugal tem laços tão estreitos, como acontece com aqueles que falam a língua portuguesa.

Por outro lado, quero dar uma boa notícia ao Parlamento. Nestes últimos dias, em contacto com o Presidente em funções do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, Aristides Lima, de Cabo Verde (aproveito para informar que Aristides Lima, após consulta dos presidentes dos outros parlamentos, emitiu um comunicado em nome do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa condenando a perturbação da normalidade constitucional em São Tomé e Príncipe, exigindo a libertação do Presidente da Assembleia, na altura ainda preso, e dos outros parlamentares e o regresso daquela país à normalidade constitucional), recebi uma notícia com a qual muito me congratulo, e julgo que a Câmara me acompanhará nesta congratulação: o Congresso dos Deputados do Brasil aceitou ser o anfitrião da próxima reunião do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta iniciativa é extremamente significativa — admito que terá algum relacionamento com a passagem do Presidente

da República Federativa do Brasil por Portugal —, pois consagra a participação do Brasil num projecto que é comum a todos. Inclusivamente, já temos datas para essa reunião, que se realizará nos dias 30 e 31 de Outubro. Será uma ocasião importante para a afirmação do papel dos parlamentos dos Estados de língua portuguesa na construção de uma grande comunidade lusófona projectada pelo mundo inteiro.

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 35 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos refere-se à autorização de funcionamento das comissões.

Trata-se de uma questão simplicíssima: há comissões que precisam de concluir os seus trabalhos sobre diplomas votados, tendo sido solicitada ao Presidente da Assembleia da República autorização para a realização de reuniões. Estudado o Regimento, conclui que não tinha poderes para o fazer sozinho, por isso peço à Comissão Permanente que me mandate para autorizar estas reuniões, as quais decorrerão na semana que falta até ao fim do corrente mês e permitirão que muitos diplomas votados durante a sessão legislativa possam ser concluídos na sua redacção — trata-se apenas da questão da redacção posterior à votação final global — e enviados para o Sr. Presidente da República para promulgação. No sentido de obter o mandato referido fiz circular um texto de minha autoria.

Srs. Deputados, não havendo objecções, vamos proceder à votação do projecto de deliberação n.º 21/IX — Autoriza o funcionamento das comissões parlamentares fora do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, ou seja, ao debate acerca da execução orçamental com a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

Para introduzir o debate, tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças (Manuela Ferreira Leite): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos os meses, no dia 15, o Ministério das Finanças publicita os dados da execução orçamental até ao mês anterior. Não deixo de referir este aspecto porque se trata de um facto novo. Anteriormente nem sempre estes dados eram publicados no dia 15, havendo mesmo alturas, variadíssimos meses, em que os valores não foram divulgados. Portanto, o simples facto de o Ministério das Finanças, religiosamente, no dia 15 de cada mês, publicar os dados devia ser, por parte desta Assembleia, referenciado como um aspecto positivo ao nível da informação prestada pelo Governo.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Ainda não ouvi isso, mas espero, não desisto, e talvez algum dia venha a ouvir.

Assim, não haveria grandes motivos para me deslocar à Assembleia no sentido de falar sobre um assunto que todos os meses é recorrente, pois todos os meses, no dia 16, é notícia o facto de termos publicado números no dia anterior. Só passou a haver motivo para eu própria fazer questão de estar nesta Assembleia porque desta vez as afirmações feitas ultrapassaram um pouco os limites do aceitável. E ultrapassar os limites do aceitável foi considerar, em primeiro lugar, que os números estavam manipulados.

Quero dizer aos Srs. Deputados que os números publicados no boletim da contabilidade pública são exclusivamente aqueles que são fornecidos pelos serviços, não havendo nenhuma intervenção por parte de nenhuma autoridade. De resto, não tenho dúvidas que o Sr. Deputado Guilherme de Oliveira Martins sabe que assim é. Como tal, a primeira ideia que quero imediatamente rejeitar é a de que houve qualquer manipulação nos dados fornecidos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Os dados publicados são aqueles que os serviços fornecem todos os meses, o que, de resto, pode ser confirmado e verificado.

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — O outro ponto novo foi o facto de se dizer que havia uma derrapagem do lado da despesa. É público, perante os números publicados, que a evolução da receita não tem estado compatível com o previsto no Orçamento do Estado, e todos sabemos porquê: dada a evolução económica mais branda do que aquilo que estava estimado no Orçamento, o crescimento da receita tem estado claramente abaixo do previsto.

O mesmo não acontece com a despesa, mas quando se fala em derrapagem orçamental é óbvio que está a falar-se na despesa, porque é aí que pode ou não haver derrapagem orçamental. Ora, a primeira afirmação categórica que quero fazer é a de que não há nenhuma derrapagem orçamental do lado da despesa. Bem visto, julgo que aquilo que existe verdadeiramente é uma ânsia pouco contida para que haja uma derrapagem orçamental.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Essa ânsia por parte da oposição existe, com certeza, mas, na realidade, derrapagem orçamental não existe nenhuma. E porquê, Srs. Deputados? Porque aquilo que define a derrapagem orçamental é saber se a execução da despesa, todos os meses ou acumulada, está ou não de acordo com o orçamentado — isto é que define a derrapagem. Isto é, temos um orçamento que nos autoriza a determinado nível de despesa e vimos a verificar que, afinal, essa despesa é muito superior àquilo que está autorizado.

Srs. Deputados, os números não dizem isso! Ao fim de seis meses, o padrão de execução devia ser da ordem dos 50%, o que levaria a considerar-se que o Orçamento estava a ser executado dentro dos seus padrões de execução, mas aquilo que os senhores podem ver dos números publicados, não considerando nem os activos nem os passivos financeiros, que, evidentemente, para aqui não contam, é que a taxa de execução é de 47,5%, portanto, está abaixo do padrão de execução.

Assim, perante uma execução do Orçamento que está abaixo do padrão de execução, pergunto como é que se

pode ler que existe uma derrapagem orçamental, que ainda por cima se considera ser uma derrapagem trágica. Imagine-se, trágica! Passou a tragédia a constituir agora o facto fundamental numa situação em que não existe derrapagem orçamental!

Como é que os Srs. Deputados da oposição chegam à conclusão que existe uma derrapagem orçamental? Não é, com certeza, fazendo a análise como ela deve ser feita, ou seja, comparando a despesa com o Orçamento aprovado, é, sim, fazendo uma coisa bem mais artificial: pegam na despesa de 2003 e comparam-na com a de 2002. Então, detectam aqui um crescimento absolutamente inaceitável da despesa.

Srs. Deputados, creio que todos nós temos a noção que quando fazemos comparações esse resultado só é correcto e sério se tivermos absoluta consciência que estamos a comparar duas coisas comparáveis.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Os Srs. Deputados tiveram a preocupação de comparar coisas não comparáveis.

Devo dizer que me custa um pouco ouvir análises tão enviesadas, mas creio que devia custar mais não a quem ouve mas a quem as diz. Quem faz este tipo de afirmação devia minimamente parar para pensar se era possível, se tinha fundamento, se tinha qualquer espécie de lógica, que a despesa com pessoal aumentasse 8,5%. Mas como?! Podiam ter parado para pensar, mas foi tal a cegueira, a ânsia de haver uma derrapagem, que já nem pensaram em mais nada!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Como seria possível, num ano em que praticamente o aumento de vencimentos foi de 0%, em que não tem havido aumento de pessoas na função pública, em que, pela primeira vez, em termos líquidos, a população na função pública se reduziu, que a despesa com pessoal, nos seis primeiros meses, tivesse aumentado 8,5%?! Foi só não parar para pensar!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Nos tempos do PS isso era possível!

A Oradora: — Srs. Deputados, quando se fazem comparações entre 2003 e 2002 temos de saber se os dois números são comparáveis.

O Sr. José Magalhães (PS): — É claro!

A Oradora: — É evidente que não são comparáveis, e os Srs. Deputados sabem que o não são! Começam logo por não ser comparáveis — este é o facto mais relevante, à primeira vista, para não poderem ser comparáveis — porque entre o Orçamento do Estado para 2002 e o Orçamento do Estado para 2003 retirámos autonomia financeira a 44 instituições. Não são 4, Srs. Deputados, são 44 instituições! São 44 instituições que saíram dos fundos e serviços autónomos e passaram para a administração central. Portanto, é evidente que o Orçamento do Estado para 2003 está altamente empolado relativamente ao de 2002 e, assim, só nesta base, é totalmente insusceptível de ser comparado.

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas é possível calcular!

A Oradora: — Mas foi pena que os Srs. Deputados não tivessem visto, não tivessem analisado nem tivessem tido uma palavra de congratulação pelo facto de, pela primeira vez, neste boletim que os senhores tanto criticaram, termos fornecido os elementos das receitas e despesas dos fundos e serviços autónomos. Essa, que era uma informação importante, uma informação que nunca tinham tido, uma informação que pela primeira vez foi fornecida à Assembleia da República, os Srs. Deputados não registaram nem consideraram nada de mais! Foi pena, porque se tivessem visto poderiam ter verificado que, exactamente por esse mesmo motivo, o mapa dos Serviços e Fundos Autónomos reduz a despesa com pessoal em mais de 30%, reduz as outras despesas em cerca de 20%, salvo erro, havendo, portanto, reduções enormes.

Pergunto aos Srs. Deputados se ouviram da minha boca, ou de alguém responsável das finanças, alguma congratulação por as despesas com os fundos e serviços autónomos terem tido reduções desta natureza. Não o fizemos exactamente porque não era correcto fazê-lo, pois sabíamos que isso não correspondia à realidade.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A redução das despesas dos fundos e serviços autónomos tem que ver com o facto de se ter alterado a sua classificação, mas este mesmo argumento funciona para não se poder fazer o raciocínio contrário, coisa que os senhores fizeram!

Assim, estamos num diálogo verdadeiramente desigual, em que nós utilizamos os números certos, as análises correctas e, por isso, dizemos e afirmamos que não há derrapagem orçamental, e em que os senhores fazem análises incorrectas, pegam em números que sabem que não estão correctos e dizem que há derrapagem orçamental! E, pior do que isso, dizem algo que não admito que seja dito, ou seja, que encobrimos a derrapagem orçamental através de alterações das estatísticas. Isso, Srs. Deputados, é inaceitável, até mesmo para os serviços das próprias finanças!

Para além dos serviços e fundos autónomos, o que é mais do que óbvio e que os senhores sabiam, existe outro aspecto extremamente importante, que já referimos várias vezes, nomeadamente na Comissão, aquando do Orçamento para 2002, que era o facto de grande parte do pagamento dos vencimentos do Ministério da Justiça ser feito através dos cofres. Nós acabámos com esse processo por uma questão de transparência, neste momento as despesas são pagas pela Direcção-Geral dos Serviços Judiciários ou da Administração da Justiça, e os senhores utilizam aquilo que deviam considerar um elemento de transparência para fazer uma análise errada, direi mesmo enviesada, e para tirarem conclusões que sabem que não estão correctas.

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Como sempre!

A Oradora: — Por isso, Srs. Deputados, este é mais um elemento que leva a que não seja possível fazer esta comparação. Vários outros poderíamos indicar, mas os que referi são os mais significativos e permitem-me dizer-lhes que, mesmo fazendo a comparação enviesada que os senhores têm estado a fazer, se tivessem procedido aos respectivos ajustamentos, que os senhores sabem que tinham de ser feitos, o crescimento da despesa em relação a 2002 seria, não considerando as despesas de anos anteriores, de apenas 1,0%, e considerando as despesas de anos anteriores

de 4,1%, e as despesas de pessoal não crescem aquilo que os senhores dizem e sim 3,2%; mas com as remunerações certas e permanentes, como é lógico, a crescerem apenas 0,6%.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, como há vários oradores inscritos para pedirem esclarecimentos, provavelmente terá de pedir cedência de tempo, para responder, a algum dos partidos da coligação.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, Dr.^a Manuela Ferreira Leite, gostaria de começar por saudá-la, por três motivos: porque nos trouxe informações concretas; pela transparência que o Governo resolveu introduzir nas contas públicas, ao contrário da maquilhagem a que estávamos habituados nos governos socialista; pelo controlo da despesa demonstrado na execução do Orçamento de 2003, assim cortando qualquer derrapagem que pudesse ocorrer no Orçamento do Estado.

Sr.^a Ministra, gostaria que pudesse informar-nos como, em sua opinião, seriam compatíveis as propostas apresentadas pelo Partido Socialista, que permanentemente considera que a despesa é pouca em todas as áreas, que permanentemente critica o comportamento do Governo no combate à evasão e à fraude fiscais — e cito, como exemplo, o lançamento do pagamento especial por conta — e que, simultaneamente, apresenta críticas ferozes quanto ao cumprimento do défice, considerando que ele é totalmente inaceitável e inalcançável.

Sr.^a Ministra, como será possível fazer a «quadratura do círculo» que o Partido Socialista quer, permanentemente, tornar realidade?

Finalmente, a Sr.^a Ministra trouxe-nos aqui a informação de que a despesa está controlada — e isso era o que esperávamos do Governo —, mas também afirmou que, no âmbito da receita, existem dificuldades. Logo, gostaria que, de uma forma muito clara, informasse a Câmara e o País se o Governo está em condições de garantir o cumprimento do objectivo relativo ao défice.

Durante o ano passado, muitos, nomeadamente a oposição, quase deitaram foguetes antes da festa dizendo que esse objectivo não seria alcançado, mas ele foi atingido. Voltam agora a fazê-lo e, embora eu acredite que mais uma vez ele será cumprido, ficaria muito mais satisfeito se a Sr.^a Ministra nos pudesse, hoje, dar aqui essa garantia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Ministra das Finanças responderá depois, em conjunto, aos pedidos de esclarecimento, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Sr.^a Ministra interrogava-se aqui sobre a razão desta discussão e, sobretudo, por que é que o partido que pediu, em primeiro lugar, este debate — que foi, como sabemos, o Partido Socialista — tinha feito uma análise tão enviesada desta mesma matéria.

Sr.^a Ministra, penso que, se calhar, o Partido Socialista não fez uma leitura tão enviesada como possamos pensar. Provavelmente, aproveitando um bocado a época, não fez leitura nenhuma; à partida, talvez nem tivesse feito uma reflexão muito atenta sobre esta matéria. Estava já meio de férias e, a certa altura, leu num jornal uma soma errada e disse: «cá está a nossa oportunidade, vamos provocar o debate!».

Portanto, o que levou a este debate não foi uma reflexão muito cuidada do Partido Socialista, foi, sim, uma leitura mais ligeira de um jornal.

Efectivamente, como os Srs. Deputados sabem, esta matéria surgiu num determinado jornal — e de uma forma incorrecta, como a Sr.^a Ministra já esclareceu —, precisamente porque na comparação entre 2002 e 2003 se entende e pretende que não se deve contabilizar o transitado em relação a 2002. Ora, como a Sr.^a Ministra disse, e bem, só são comparáveis números com a mesma realidade, e mesmo de 2002 para 2003 também há transitados, como é evidente. Portanto, a conta teria de ser feita exactamente nos mesmos termos.

Creio que o jornal em causa não foi cauteloso e que o Partido Socialista se precipitou ao ir atrás dessa notícia.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — A não ser que tenha sido o Partido Socialista a fomentar a notícia!

O Sr. José Magalhães (PS): — Foi a cabala dos números!

O Orador: — Aí estamos na história do ovo e da galinha, nunca saberemos o que apareceu primeiro.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Não obstante esta referência, sabemos que esta é uma execução orçamental difícil e a Sr.^a Ministra já o reconheceu e já o referiu.

É difícil porque há efectivamente um abrandamento económico — isso é indiscutível e é conhecido por todos — e porque, do ponto de vista da despesa, como aqui foi dito, a contabilização tem também especialidades, como seja a questão dos fundos autónomos e a sua extinção, que agora foi referida pela Sr.^a Ministra.

No entanto, e reconhecendo as dificuldades na receita, pergunto-lhe, Sr.^a Ministra, se essas dificuldades não estão, em larga medida, associadas não só à situação económica em si mas também, por exemplo, ao adiamento do pagamento especial por conta, e como é que se pode criticar esse mesmo pagamento e alinhar em coros de protestos para depois vir falar na receita e sobre ela fazer críticas.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, em relação à despesa, eu diria, Sr.^a Ministra, que, em nossa opinião, o esforço feito é assinalável. Como V. Ex.^a lembrou, e bem, do ponto de vista da despesa, tivemos, de facto, um tempo em que o crescimento, designadamente ao nível salarial, era da ordem dos 8 ou dos 8,5%. Tivemos esse tempo, ele já existiu! Só que foi durante o governo do Partido Socialista, Partido Socialista que, de resto, quando percebeu — e está ali o responsável — que realmente era preciso ter algum controlo na despesa, em vez de controlar a despesa descontrolou o ministro e demitiu-o.

Portanto, esse tempo dos 8 ou dos 8,5% de crescimento existiu, mas, como disse agora, o crescimento é de 3%, o que, nesta situação, consideramos um dado assinalável do ponto de vista da despesa, porque nos põe duas questões essenciais: em primeiro lugar, porque a baixa de impostos, designadamente do IRC, é um objectivo que consideramos fundamental ligar à consolidação orçamental, e, em segundo lugar, porque certamente será possível no futuro, com a reforma da Administração Pública, que este controlo da despesa seja ainda maior.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Todavia, não se faz por decreto nem é automático e têm, V. Ex.^a e o Governo, toda a nossa confiança para prosseguir esse caminho.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Ministra: Também nos agrada vê-la por cá,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... sobretudo para explicar o óbvio desequilíbrio orçamental que tem pela frente. E, Sr.^a Ministra, por muito que procure explicá-lo, basta olhar para o lado da receita. E não é só em relação à comparação com 2002, é também em relação às projecções que são feitas a partir do que estava previsto no Orçamento para 2003. Em matéria do IRC, a quebra está na ordem dos 25 a 26%, mas o mesmo ocorre no IRS, no IVA, no imposto automóvel, etc.

Ora isto, Sr.^a Ministra, não deriva só de uma desaceleração da actividade económica ou do facto de, depois de sucessivos ziguezagues, o pagamento especial por conta ter sido adiado. Isso não explica tudo!

Sr.^a Ministra, como certamente se recordará, aquando do debate orçamental que tivemos aqui, o Governo apresentou cenários para 2003 que desde logo contestámos por serem claramente irrealistas e por terem receitas claramente empoladas, para permitir uma operação de engenharia numérica orçamental e, assim, atingir um valor artificial de défice que de outra maneira não era possível.

Portanto, Sr.^a Ministra, se hoje estamos perante um quadro de desequilíbrio orçamental, designadamente do lado das receitas, isso tem a ver não com processos normais, cíclicos, da economia, mas, sim, com o facto de o Governo ter apresentado um empolamento das receitas no ano passado, por razões de apresentação de um défice formal, que, na realidade, sabia que estava longe de conseguir.

Mas mesmo em relação ao lado das despesas, Sr.^a Ministra, há, de facto, essa comparação em relação a 2002, que importa, apesar de tudo, ter presente. É que a Sr.^a Ministra sabe que na execução do Orçamento do Estado de Julho de 2002 o Governo teve o cuidado de apresentar um quadro suplementar que dizia: «Estimativa de execução, sem reforço de pagamento de despesas de anos anteriores.» Foi um quadro que apresentou em Junho de 2002, para, na altura, retirando os cerca de 607 milhões de euros que era o pagamento das despesas do ano anterior, mostrar ao País que estava num esforço de contenção orçamental. Mas no boletim de Junho de 2003 o quadro ane-

xo que tinha este tipo de referências expressas desapareceu! Porquê? Para que a comparação, feita agora deste modo, fosse favorável ao Governo, uma vez que as despesas de 2002 eram somadas a essas despesas (os tais 607 milhões de euros), e, portanto, a diferença do nível de despesas de 2002 em relação a 2003 baixava a favor do Governo. Isto é, o critério de apresentação dos mapas que tiveram no ano passado não foi o mesmo que seguiram este ano. Porquê, Sr.^a Ministra? É capaz de nos explicar?

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Já expliquei!

O Orador: — Mas, sobretudo e finalmente, a questão que se põe é a de que é visível, face às projecções orçamentais que temos perante nós, que o Governo não vai conseguir atingir o défice que propôs no Orçamento do Estado sem medidas extraordinárias. E a pergunta que lhe faço é esta, Sr.^a Ministra: que medidas extraordinárias pode hoje o Governo anunciar ao País? É mais venda de património ao desbarato? É mais aumento dos impostos? São mais cortes no investimento público?

Sr.^a Ministra, quais são essas medidas? Que medidas irão ser tomadas que não se traduzam ainda em maiores constrangimentos ao desenvolvimento do País, ao investimento público e à adopção de instrumentos que possam, numa política anticíclica, ajudar ao desenvolvimento e à dinamização da economia?

É isso o que nós precisamos de saber, Sr.^a Ministra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: Embora o assunto seja lateral, não resisto, nesta primeira oportunidade que tenho de falar com a Sr.^a Ministra e muito brevemente, a tocar na possibilidade aberta pela União Europeia de o imposto de transacções sobre imóveis poder ser um IVA a taxa reduzida.

O Bloco de Esquerda bateu-se aqui por essa possibilidade há bem pouco tempo e queremos apenas dizer que nos parece que a reforma dos impostos foi concluída com precipitação e que teríamos ganho, do ponto de vista da verdade fiscal e da transparência, se se tivesse seguido esse caminho.

Além do mais, na altura alegámos com pareceres do direito comunitário que, muito justamente — é o que pensamos —, nos levavam nessa direcção.

Dá a nossa natural curiosidade em saber como é que, futuramente, se irá proceder a algum tipo de reorientação desse imposto, de modo a que ele adquira verdade fiscal mas também tendo em vista o embaratecimento do custo da habitação.

Entrando no tema e seguindo na esteira da anterior intervenção acerca da expectativa que todos temos, particularmente depois última entrevista televisiva do Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de saber quais são as medidas extraordinárias. Não desejamos fazer aqui o papel de quem pede que se tirem coelhos da cartola, mas há uma relação de transparência entre o Governo e a opinião pública e se são anunciadas medidas extraordinárias é natural a inquietação, a curiosidade e a vontade de saber como é que a oposição pode analisar essas medidas extraordinárias. Ouço

falar na venda da Companhia das Lezírias. Será? Ouço falar num conjunto de outras medidas, nos fundos de pensões dos CTT, etc. Enfim, não temos muitas expectativas que a Sr.^a Ministra das Finanças nos anuncie, hoje, quais são e sobre isso até já aqui falou, mas, realmente, a substância do debate de hoje será saber como é que essas medidas extraordinárias irão ser tomadas.

Deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Ministra do Estado e das Finanças, que se não nos disser nada sobre essas medidas extraordinárias pensamos que este debate, aliás na sequência do estilo da intervenção do Sr. Deputado Telmo Correia, um pouco tipo *silly season*, terá sido isso mesmo, um jogo de soma nula e de esclarecimentos que ficam totalmente esvaziados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Elisa Guimarães Ferreira.

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, gostava de colocar-lhe três questões, a primeira das quais já aqui foi suscitada por alguns elementos de outras bancadas mas que penso que nunca é demais referi-la.

De facto, a maioria dos outros elementos pronunciou-se sobre os desvios orçamentais relativamente ao ano anterior mas não quanto aos desvios face ao orçamentado.

O Orçamento para 2003 foi elaborado pela Sr.^a Ministra, mas, em termos do que são as expectativas de receitas e despesas, verificam-se desvios brutais: em matéria de impostos directos, cobram-se menos 594 milhões de euros; em matéria de impostos indirectos, cobram-se menos 497 milhões de euros; se formos ver as despesas correntes, o Orçamento previa um aumento de 4,6% mas o que está registado neste momento é um aumento de 6,2%. Portanto, de facto, não se está a controlar o défice.

Aliás, como nós próprios tínhamos dito, é difícil controlar o défice, se se quer realmente resolver problemas, sem tomar algumas medidas de fundo, as quais não estão a ser tomadas.

Atendendo aos compromissos que tem relativamente a Bruxelas, continua a afirmar que são mais exigentes para Portugal do que para a maior parte dos outros Estados-membros que têm problemas semelhantes e maior robustez económica.

Assim, pergunto-lhe o que antecipa em termos de solução, o que vai o País vender este ano e, ainda, se considera que estamos no bom caminho para atingir o objectivo importante de conter as contas públicas e melhorar a respectiva *performance*.

Em segundo lugar, está-se em processo de incapacidade de cumprir os objectivos através da implementação de medidas de fundo que coloquem o País numa senda de maior contenção, como aqui foi propagandeado.

Ora, sendo patente que esses objectivos não vão ser cumpridos, não posso deixar de colocar com toda a abertura uma questão que lhe é dirigida não sei se na qualidade de Ministra das Finanças se na de Ministra de Estado.

Sendo o Instituto Nacional de Estatística o organismo acreditado, em Portugal, pelo Eurostat, e tendo um papel inquestionavelmente essencial, juntamente com próprio Ministério das Finanças, na produção de todas as estatísticas que conduzem ao cálculo do défice, gostaria que nos desse alguma explicação sobre o porquê de uma demissão antes do fim do mandato, precisamente numa altura em que se levantam as maiores dúvidas relativamente à qualidade do cumprimento dos objectivos traçados pelo Governo.

Este caso é como da mulher de César, a quem não basta ser séria, é preciso parecê-lo, pelo que penso que todo o País ganhará se, de facto, forem nítidos e claros os motivos da «decapitação» deste Instituto de referência, precisamente quando as coisas não estão a correr particularmente bem.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Passando à terceira questão, direi que penso que o Governo não terá qualquer pejo em aferir as contas de 2003 exactamente pelos mesmos critérios e através da mesma comissão que foi utilizada para aferir as contas de 2001. Penso que tal procedimento seria bom, em termos de transparência e de garantia da homogeneidade de critérios, e gostava, pois, de obter a sua resposta acerca desta matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, tendo em conta o que foi o seu propósito — e a iniciativa é sua —, neste momento preciso em que está instalada a polémica sobre o incumprimento do que, para si, era uma questão tão importante, e avolumando-se dúvidas, não particularmente saudáveis, sobre o significado das palavras do Sr. Primeiro-Ministro, de facto, de difícil interpretação, a propósito de medidas extraordinárias que é preciso tomar, temos tido conhecimento, ao longo deste tempo, de medidas tomadas pelo Governo sem critérios objectivos.

Seguramente, o Governo não estará em condições de multiplicar processos como o da Falagueira; seguramente, não é por manter encerrados mais museus que o Governo conseguirá estabelecer e fixar poupanças; seguramente, não é o corte de benefícios de fiscais para contribuintes com deficientes a cargo, o qual parece estar indiciado, que vai resolver estas questões.

Ciclicamente, há a ideia, a pretexto de razões ambientais, de colocar em cima da mesa a questão do imposto sobre a circulação de veículos em termos de um instrumento adicional de receita, o que, do nosso ponto de vista, não é desejável.

Ora, tendo a Sr.^a Ministra optado por vir a esta Assembleia, julgo que é nosso direito e é seguramente do seu interesse que o Governo esclareça com exactidão quais as medidas que vai tomar nessa matéria, sobretudo quais os critérios em que vai basear-se para tomá-las e se tal significará que os portugueses vão ter as suas condições de vida ainda mais dificultadas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, após tê-los ouvido, tiro uma conclusão que me é muito grata: o motivo que levou a encher as páginas dos jornais, a boca da oposição e tudo o que era notícia não foi o problema da receita mas o problema da despesa. Foi essa a novidade deste mês!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quanto a isso, apenas tenho a dizer que a oposição recuou e as intervenções feitas não disseram absolutamente nada acerca da despesa, o que significa que não têm argumentos para rebater o que vim dizer.

É pena, porque vim aqui para discutir esse tema e não ouvi uma única frase a ninguém sobre o mesmo....

O Sr. José Magalhães (PS): — Vai tê-las! Ainda não ouviu todos os Deputados!

A Oradora: — Pois, então, Sr. Deputado, é pena que vá tê-las numa altura em que já não tenho tempo disponível para dar-lhes resposta!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não é lógico nem sério da vossa parte que os senhores estejam à espera que esgote o tempo de que disponho para, então, virem dizer coisas que, afinal, não queriam dizer! Aí, pedirei ao Sr. Presidente que não deixe que tal golpe seja dado nesta Assembleia, porque isso não é correcto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. José Magalhães (PS): — Ó Sr.^a Ministra...!

A Oradora: — O motivo por que vim à Assembleia foi a questão da despesa e os senhores ainda não falaram na despesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Não há descalabro nem derrapagem na despesa e os senhores sabem que aí reside o instrumento que o Governo pode controlar. Então, os senhores passaram para o «discurso da receita».

Pergunto, pois: onde é que está a novidade do «discurso da receita»? Não sou eu própria que tenho publicado os elementos? Os senhores possuem esses elementos fornecidos por quem? Não vos foram dados por mim própria?! Onde é que está a descoberta? Onde é que está a novidade?

Já viemos não sei quantas vezes à Comissão de Execução Orçamental dar todas as explicações sobre essa matéria. Onde está, pois, a novidade? Seguramente, não foi por essa razão que este debate de urgência foi requerido.

Uma coisa é certa, Srs. Deputados, e vou responder-vos categoricamente: tal como tenho dito, a receita tem evoluído em desacordo com o que estava orçamentado. Já o disse e forneci os respectivos elementos.

Os senhores perguntam-me como vai ser colmatada essa falta de receita. Ora, vou dizer-vos, Srs. Deputados, o que não vou fazer.

Não vou aumentar impostos;...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — ... vou vender património, mas não ao desbarato.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — E, Srs. Deputados, vou evitar a todo o transe que nos endividemos mais, para ficarmos dentro dos limites que devemos. Isto é, vou fazer todos os possíveis

para ficar abaixo dos 3%, por uma questão de endividamento. Não queremos endividar-nos mais do que este limite. Portanto, nessa base, não vou aumentar impostos nem vou vender património ao desbarato.

O Sr. Deputado Luís Fazenda foi capaz de dizer que o âmago deste debate é a questão de saber onde estão as receitas extraordinárias e de perguntar onde está a substância do debate.

Ora, Sr. Deputado, a substância do debate estava em demonstrar a esta Assembleia que não há derrapagem do lado da despesa.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Era isso o fundamental. É aí que, pela parte do Governo, se controla ou não o Orçamento. É aí, na despesa, que se faz esse controlo, Sr. Deputado, e não na receita.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, lamento dizer que, por mais que se deseje, isto não vai correr mal,...

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Não desejo nada disso!

A Oradora: — ... vai correr bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — Nós desejamos o melhor!

A Oradora: — Nós sabemos, Sr. Deputado, porque já no ano passado os senhores diziam isso. Não tínhamos nenhuma dúvida quanto à ânsia que os senhores tinham, no ano passado, de que tudo corresse bem. Sei mesmo das manifestações de alegria que vieram dessa bancada. Não tenho dúvidas, Sr. Deputado, quanto à vossa solidariedade, nomeadamente talvez quanto à vossa nostalgia por não terem conseguido fazer o que nós próprios estamos a fazer.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Admito, Sr. Deputado, que tivessem gostado de o ter feito, mas não tiveram coragem nem nenhuma espécie de capacidade para o fazer. Talvez tivessem capacidade técnica, mas pior um pouco é que, neste momento, os senhores estão conscientes do mau que é uma derrapagem orçamental e não se importaram de incorrer nela.

Consideraria que os Srs. Deputados teriam alguma desculpa se entendessem que a derrapagem orçamental é algo bom, mas, não, os senhores acham que é uma tragédia. Pior um pouco para vós! É que têm em cima de vós a grande derrapagem orçamental, difícilíssima de controlar, porque a despesa não se reduz dessa maneira, como bem sabem. Portanto, os senhores fizeram o mal conscientes. Pior um pouco! Mais valia que estivessem inconscientes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Ministra, acabou o seu tempo.

A Oradora: — Termina, já, Sr. Presidente.

Os senhores falharam nas vossas previsões em 2002. Acho bem, para não desanimarem muito, que não estejam à espera de um falhanço nosso em 2003.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Lino de Carvalho pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Qual é a matéria, Sr. Deputado?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, para o bom andamento dos nossos trabalhos, é para esclarecer a Câmara e a Sr.^a Ministra acerca do equívoco em que me parece que está a incorrer.

É que a Sr.^a Ministra afirmou várias vezes que veio a um debate de urgência para discutir a despesa. Ora, Sr. Presidente, tanto quanto me recorde, este debate, proposto pelo Governo, é sobre a execução orçamental. E a execução orçamental também incide sobre a receita, por muito que isso incomode a Sr.^a Ministra.

Se a Sr.^a Ministra quer vir à Assembleia para responder a um qualquer partido da oposição ou a um qualquer jornal que se debruçou sobre o problema da despesa, então, fale para quem assim o fez. Connosco, trate da execução orçamental no seu todo.

Esta é a questão que queria esclarecer, Sr. Presidente.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, apenas para recordar o que se passou na Conferência de Líderes.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr. Presidente, este debate foi feito a solicitação do Partido Socialista e o Governo e a bancada do PSD deram a sua concordância.

Durante a reflexão que fizemos em sede da Conferência de Líderes, foram o PSD e o Governo que propuseram que a Sr.^a Ministra falasse em primeiro lugar.

O Sr. José Magalhães (PS): — Ora, isso é que é rigoroso!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Qual é o objecto da mesma, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Sr. Presidente, penso que, por falta de tempo, a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças não pôde responder a questões que lhe coloquei.

Fiz-lhe uma pergunta sobre o INE, que considero um assunto importantíssimo...

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Ministra não pôde responder, há-de tentar fazê-lo noutra altura.

A Oradora: — Sr. Presidente, dada a relevância das questões que coloquei, uma sobre o INE e outra sobre a con-

firmação ou não da existência de uma comissão para avaliação das contas públicas igual à que o fez em 2001, queria sugerir-lhe que fizesse a concessão extraordinária de uns minutos a mais à Sr.^a Ministra, para ela poder responder às referidas questões que me parecem relevantes.

O Sr. Presidente: — Suponho que essas questões hão-de ser respondidas oportunamente, Sr.^a Deputada.

Para prestar um esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero esclarecer o Sr. Deputado Lino de Carvalho de que quando se fala em execução orçamental fala-se em execução de despesa, porque o orçamento da receita não se executa.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Em segundo lugar, quero dizer-lhe que aquilo que foi objecto de discussão durante toda a semana não foi a receita, foi a despesa. Foi afirmado que a despesa tinha aumentado cerca de 8%, só com pessoal, portanto foi esse o tema,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Mas isso não é conosco!

A Oradora: — ... mas, Sr. Deputado, em relação à receita eu já lhe disse que não tenho grandes notícias a dar-lhe porque já lhas comuniquei e o senhor sabe-as por mim.

Portanto, estamos aqui numa discussão, que não é propriamente discussão, é uma confirmação simpática. O senhor sabe aquilo que eu lhe disse e daí que estejamos todos numa grande simpatia.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — E a senhora sabe aquilo que nós queremos dizer!

A Oradora: — Quanto à Sr.^a Deputada Elisa Ferreira, não sei se a Sr.^a Deputada estava a querer insinuar que havia algum problema de manipulação de contas relativamente à substituição do INE.

A Sr.^a Elisa Guimarães Ferreira (PS): — Estava a perguntar!

A Oradora: — Porque se não é, Sr.^a Deputada, é assunto que não vem ao caso, é um acto de gestão natural e que, repito, não vem ao caso para este debate.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quisemos inscrever na ordem de trabalhos desta reunião ordinária da Comissão Permanente um ponto sobre a execução orçamental do primeiro semestre de 2003, no seu conceito, obviamente, integral e completo.

Esta execução merece especial atenção pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, verifica-se um alarmante aumento dos défices, quer global quer primário. O défice global

do Estado, no fim do primeiro semestre de 2003, usando critérios comparáveis, é de cerca de 4000 milhões de euros.

Este valor representa um agravamento de mais de 50% relativamente ao défice global do primeiro semestre de 2002. Ora, o objectivo inscrito no Orçamento para 2003 consistia em reduzir o défice em 20% e foi, sim, agravado em mais de 50%.

Sr. Presidente, consideramos também muito preocupante o agravamento do défice primário, o qual se aproxima dos 1500 milhões de euros no primeiro semestre do ano em curso. Este valor evidencia um agravamento superior a 700%, quando comparado com o período homólogo de 2002, usando os mesmos critérios, ano de transição entre os dois governos.

Srs. Deputados, o segundo motivo de preocupação, que, aliás, está, em boa parte, na origem do primeiro, tem que ver com o descontrolo das despesas do Estado.

Efectivamente, as despesas correntes, com os mesmos critérios, aumentam em 6,2%. Ora, esse valor é bem superior à variação implícita no Orçamento do Estado aqui aprovado, a qual era de 4,6%.

Constatamos, então, que, apesar das medidas tomadas e das muitas mais anunciadas, a despesa do Estado está longe de estar controlada. Daí a tentativa de ilusionismo contabilístico, para não utilizar o «saboroso» termo do antigo consultor de Cavaco Silva (o de «manigância»)...

Neste domínio, vejamos o que se passa com a rubrica de despesas com o pessoal, sempre tão fustigado e injustamente perseguido pela coligação das direitas que nos vai desgovernando.

A variação implícita no Orçamento para 2003 era de 3,2 %. Ora, bem feitas as contas, pelos mesmos critérios, evidencia-se um acréscimo de 8,7% face ao período homólogo do ano anterior. Afinal, na nossa análise, as fusões e as fusões dos institutos não acarretaram as anunciadas reduções de custos. Isto porque ou há «deseconomias» de escala, ou há um brutal incremento de *orange boys and girls* em lugares bem remunerados, ou se terá gerado um enorme descontrolo com aumento de custos e perda de qualidade dos serviços. O que é certo é que o Tribunal de Contas viu reduzida a informação actualizada que estava a receber anteriormente.

O Sr. José Magalhães (PS): — É um facto!

O Orador: — Em contrapartida, as despesas de capital, em vez de aumentarem 17%, crescem menos de 4% — são cortes deste tipo que aprofundam o caminho da recessão!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O terceiro motivo de preocupação tem que ver com a evolução das receitas, outra das origens do agravamento do défice. O Governo demorou a entender que uma prática de desinvestimento e um discurso de desencorajamento criavam as condições para se instalar uma recessão.

Neste quadro, e neste contexto nacional e internacional, a primeira pergunta, Sr.^a Ministra, é a seguinte: que tipo de medidas económicas com real impacto na economia, pretende o Governo levar a cabo, ultrapassando as acções, em boa parte, de relações públicas do Ministro que confunde medidas com reformas e não toma umas nem prepara efectivamente as outras?

É porque é preciso que o Sr. Ministro da Economia entenda a necessidade de retomar o caminho do desenvolvimento económico sustentado e da modernização da eco-

nomia nacional. Isto porque alguns governantes falam da retoma, mas é preciso ter em conta que o Produto Interno Bruto teve uma quebra homóloga de 1,2% em volume no primeiro trimestre de 2003 e que os indicadores disponíveis para o segundo trimestre de 2003 acentuam esta quebra.

Consequentemente, o primeiro semestre, ora findo, poderá apresentar uma variação negativa face ao primeiro semestre de 2002 que ultrapasse 1,5%. Entretanto, as exportações perdem dinamismo, a produção industrial decresce, as vendas do comércio a retalho diminuem, tal como, por exemplo, as vendas de automóveis e de materiais de construção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este é um Governo que está a empobrecer o País de forma sistemática e afastando, a cada mês que passa, o horizonte do desenvolvimento sustentável; este é um Governo que não adopta, nem entende, as soluções de que o País precisa; este é um Governo da demagogia e da propaganda, não é um Governo do desenvolvimento e da solidariedade.

Srs. Membros do Governo, outra questão se impõe, já aqui a florada, mas não completamente esclarecida: que tipo de manobras, para não usar o termo de João César das Neves («manigâncias»), irá o Governo procurar concretizar com o objectivo de arrecadar receitas extraordinárias, as quais possam permitir formalmente camuflar o défice do sector público administrativo no final deste ano?

É porque operações congeminações e até publicamente badaladas como, por exemplo, a da integração do Fundo de Pensões dos Correios têm as suas regras. Isto é, quem integra os activos terá de assumir as responsabilidades existentes. Deus não dorme, o Eurostat existe e nós cá estamos!!...

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Assim se entende que a maioria não tenha sequer querido agendar a proposta de resolução n.º 45/IX, por nós apresentada, sobre a transparência das contas públicas e a igualdade de critérios nos diferentes anos.

Ora, face ao que a Sr. Ministra aqui disse, e nós tomamos pelo seu «valor facial», e tendo em conta a personalidade da Sr.ª Ministra, certamente, o PSD estará em condições de viabilizar o debate e aprovar agora esta nossa proposta de resolução, com uma atitude nova, que o discurso da Sr.ª Ministra nos induzirá a aplicar, sobre transparência das contas públicas e a identidade de critérios. Espero que não tenham medo desse debate. A Sr.ª Ministra não tem e nós também não!

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quando há divergência de critérios discutem-se. Sei que haverá execução orçamental, haverá economia e finanças, haverá o tempo que quiserem, os dias que quiserem e as reuniões que entenderem.

Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, Srs. Deputados, há uma última questão a colocar: não estando o Governo a estabilizar as finanças públicas portuguesas, nem estando a fazer crescer a economia nacional, parece querer cumprir não um Pacto de Estabilidade e Crescimento mas, sim, seguir um rumo de instabilidade social, de desequilíbrio financeiro e de recessão económica.

É urgente, para o bem do País, mudar de rumo!

Srs. Membros do Governo, cumpram a deliberação que sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento votámos na Assembleia, em Janeiro deste ano, e informem-nos das diligências que fizeram para que, tendo em conta a actual conjuntura internacional e os resultados da aplicação do próprio Pacto, ele fosse reavaliado e eventualmente revisito. Não seria preciso lembrar-vos que este Governo, qualquer governo, responde perante esta Assembleia.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Tavares Moreira.

O Sr. Tavares Moreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, Srs. Deputados, ficou já claro no decorrer do debate, até este momento, que o pretexto que justificou esta discussão é um pretexto bastante fútil — a Sr.ª Ministra das Finanças deixou isso absolutamente inequívoco na sua intervenção!

De resto, o debate acerca das comparações entre a evolução da despesa em 2002 e 2003, nos termos em que foi publicamente lançado há poucos dias, é realmente um debate pouco interessante, porque é tecnicamente mal fundamentado.

Em sede de Comissão de Execução Orçamental, não deixaremos de esclarecer até ao limite toda a evolução da execução da despesa e da arrecadação de receita com base em critérios correctos e sérios no tempo oportuno e evidentemente que teremos oportunidade de fazê-lo.

A Sr.ª Ministra, com a clarividência e o vigor a que nos habituou, já deixou muito claro o aspecto mais importante que importa analisar na evolução da despesa do Estado, nomeadamente da despesa corrente, que é o facto de a despesa estar contida dentro dos parâmetros orçamentais. Devo, aliás, assinalar que há apenas uma única rubrica na despesa que até ao mês de Junho ultrapassa os normais 50% de execução e que são os encargos com a dívida pública, mas todos sabem que no segundo semestre o padrão de evolução desses encargos é diferente e está absolutamente assegurado que no final do ano esses encargos não ultrapassarão o valor orçamentado.

Gostaria de salientar que esta discussão, por vezes, com os elementos e os condimentos políticos que a envolvem, deixa pouco claro que o aspecto fundamental hoje na condução da política orçamental em Portugal é o do controlo da despesa. Esse é o aspecto mais relevante para analisarmos a política orçamental como instrumento privilegiado de condução da política económica que é hoje na falta de outros instrumentos de que dispúnhamos no passado.

É absolutamente essencial, é prioritário controlar a despesa, porque os outros aspectos podem ser importantes, mas são-no muito menos.

E é particularmente importante que o Governo consiga — como está a conseguir — um controlo eficaz da despesa, sobretudo da despesa corrente primária, que é o aspecto mais importante, no momento em que há dois aspectos que devem ser salientados: o primeiro é o facto, de resto perfeitamente visível nas últimas análises da conjuntura divulgadas, há poucos dias, pelo Banco de Portugal e ainda esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística, relativo à evolução da conjuntura em Portugal. Os indicadores neste momentos disponíveis são tipicamente representativos de uma situação de mudança de ciclo. Neste

momento, a economia portuguesa terá já entrado numa nova fase do ciclo económico que é a fase da recuperação.

Temos ainda muitas dificuldades, há indicadores relevantes que em termos homólogos têm um comportamento bastante negativo, mas o comportamento em cadeia dos indicadores e, sobretudo, a mudança de clima económico, nomeadamente, do ponto de vista dos consumidores, em Maio e Junho, não deixa dúvidas de que nós estamos já num ponto de viragem para uma nova fase do ciclo económico.

Portanto, este aspecto é muito importante, porque a manutenção de uma política rigorosa, do ponto de vista da consolidação das finanças públicas, é decisivo para assegurar que este ciclo económico terá um andamento mais positivo daqui para a frente.

O segundo aspecto é a evolução das contas externas: os números esta semana divulgados pelo Banco de Portugal, são números preliminares referentes a Maio, mostram que o desequilíbrio das contas externas continua a ter uma correcção muito significativa; o défice agregado da balança corrente e da balança de capitais regista uma quebra de cerca de 40%, o que reforça a probabilidade de no final deste ano termos o défice externo na casa dos 3% do Produto Interno Bruto, baixando dos níveis altíssimos do período de 1999, 2001, portanto de 8% do Produto Interno Bruto, um nível absolutamente insustentável que já teve uma correcção em 2002, para 5,7% do Produto Interno Bruto.

Isto abre a perspectiva, que é muito interessante de salientar, de que as contas externas, em 2004, possam apresentar-se já muito perto do equilíbrio, oferecendo à economia portuguesa condições muito boas para uma recuperação sustentada do crescimento.

Portanto, é essencial termos presente estes dois aspectos, no momento em que analisamos a política orçamental, até ao mês de Junho, porque, como disse há pouco, é essencial que essa política de rigor e consolidação orçamental seja mantida para que a economia portuguesa possa recuperar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E já agora um alerta para o futuro próximo, é muito provável — eu diria que é certo — que a medida que os indicadores de recuperação se acumularem nos próximos meses, portanto ao longo do semestre que agora começou, o discurso da oposição vai adaptar-se e vai começar a dizer o seguinte: «a economia está a recuperar, apesar da política do Governo»... Ou, então: «algum dia a economia tinha que recuperar, apesar da política do Governo»...

Mas o que é preciso ter presente é que a economia só vai recuperar exactamente por causa da mudança da política económica...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

... decidida a partir de meados do ano passado. Não fora essa mudança de política económica, se tivesse continuado a política de descontrolo das finanças públicas em que vivemos, infelizmente, até perto de meados do ano passado, todos os senhores aqui presentes podem ter a certeza — e o País também —, estaríamos hoje mergulhados numa crise económica profundíssima e muito demorada.

Vozes do PS: — Assim não, assim estamos bem!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Por isso é que «fugiram»!

O Orador: — As nossas dificuldades actuais, comparadas a essa crise económica, são uma pálida amostra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, Srs. Deputados: Quero confessar que hoje todos aprendemos um conceito novo — para além daquela relação entre o PS, o Eurostat e Deus para controlo do Orçamento —...

O Sr. José Magalhães (PS): — Não era só o PS, era «nós» oposição!

O Orador: — ... que a Sr.^a Ministra aqui nos trouxe, o de que execução orçamental apenas tem a ver com a despesa. Portanto, de duas uma, Sr.^a Ministra: ou tem de mudar o título dos boletins de execução orçamental da Direcção-Geral do Orçamento ou, então, os boletins passam a incluir apenas a parte da despesa, sem a parte da receita!

O Sr. José Magalhães (PS): — Passa a «directão-geral da despesa»!

O Orador: — Também o Sr. Deputado Tavares Moreira e todos os nós, nesta Assembleia, temos de mudar o nome da Comissão de Execução Orçamental ou, então, deixamos de discutir as questões relativas à receita nessa sede.

Convenhamos, Sr.^a Ministra, que é uma desculpa frágil quando não se quer discutir uma das componentes importantes da execução orçamental: exactamente a questão da receita.

Sr.^a Ministra, a questão da receita não é indiferente à política económica nem à boa ou à má condução da política orçamental que está em curso. É evidente que se tem relevado muito — o Sr. Deputado Tavares Moreira acabou de o dizer — que o essencial é o controlo da despesa. Naturalmente, Sr.^a Ministra, o controlo e a disciplina da má despesa são importantes, mas o que estamos a verificar é outra coisa, quer-se atingir um valor claramente artificial e obsessivo em relação ao défice... — embora o Sr. Deputado Pina Moura não goste da palavra «obsessivo»!

O Sr. Joaquim Pina Moura (PS): — Exactamente!

O Orador: — A questão não é apenas a de explicar ao País por que se está a fazer esta política, mas esta concepção de termos de atingir, rigorosamente, um determinado défice, que obsessivamente se procura percorrer, sem ter em conta as condições da economia real e sem ter em conta em que medida a margem de manobra que o Orçamento nos dá pode permitir promover políticas anti-cíclicas que se cruzem com o equilíbrio orçamental (políticas que possam dinamizar e promover o tecido económico). E olhar para a política económica apenas pelo lado do controlo da despesa orçamental é evidente que vai conduzir, mais tar-

de ou mais cedo, a um agravamento da situação da economia portuguesa, como se está a verificar. E este aspecto tem efeitos no lado da receita, como é óbvio!

A quebra brutal, enorme da receita fiscal que hoje estamos a verificar não tem a ver apenas — como já dissemos — com a desaceleração económica, com o ciclo da actividade económica mas, sim, com a brutal contracção da despesa que, obviamente, tem de ter, e está a ter, repercussões directas na dinâmica da economia, na actividade das empresas, na procura interna, no consumo e, portanto, como é evidente, no lado da receita.

Sr.^a Ministra, é preciso aliviar essa obsessão; é preciso criar condições de flexibilidade na gestão orçamental para que pódamos dar alguns instrumentos e ajudar a economia a recuperar, o que significa ajudar a economia a criar condições para mais receita e, também, para obter maior equilíbrio orçamental por esse lado. É isso que a Sr.^a Ministra não quer discutir, exactamente porque está presa a esse elemento obsessivo!

Se quisesse fazê-lo, teria de esclarecer-nos sobre os seguintes aspectos: primeiro, que medidas estão a ser tomadas do lado da receita, além do que decorre da desaceleração do ciclo económico, para poderem alargar a base tributária? Segundo, que medidas estão a ser tomadas em matéria de combate à fraude e à evasão fiscais?

O único ponto de que a Sr.^a Ministra tem falado está relacionado com o pagamento especial por conta como instrumento de combate à fraude e à evasão fiscais. Sr.^a Ministra, nós reconhecemos que o pagamento especial por conta pode ser um instrumento nesse sentido, mas a forma como o Governo o tem aplicado não tem esse objectivo! Teve como objectivo ir pelo caminho mais fácil para arrecadar receitas do Estado, por isso bateu-se contra a economia real, contra sectores empresariais, sectores da economia aos quais seria aplicado cegamente o pagamento especial por conta e cujas consequências seriam gravíssimas para esses sectores. Foi por essa razão que a Sr.^a Ministra foi obrigada a recuar, a adiar por várias vezes e a repensar a formatação do pagamento especial por conta. Esta, sim, é a questão.

Se a Sr.^a Ministra foi obrigada a recuar num sector, então tem de explicar por que razão não faz uma reflexão sobre os restantes sectores, que enfrentam problemas iguais ao do sector de industriais de táxi, onde a Sr.^a Ministra, repito, foi obrigada a recuar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se, peço-lhe para concluir.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

A Sr.^a Ministra nada nos diz em relação à continuada utilização fraudulenta de mecanismos de fuga ao fisco, como acontece no *offshore* da Madeira em relação ao sistema financeiro. Ainda recentemente, a Associação Portuguesa de Bancos publicou um relatório, no qual sublinhava o facto de a banca ter maiores índices de rentabilidade nessa zona — ora, pudera! É lá que, de facto, através dos mecanismos *offshore*, se foge ao pagamento dos impostos!

A Sr.^a Ministra também nada nos disse quanto aos meios a atribuir, por exemplo, à Direcção-Geral das Alfândegas para melhor combate à fraude e à evasão fiscais nessa matéria, como noutras. São essas as medidas que gostaríamos de ouvir, para saber qual é o real grau de empenhamento do Governo no alargamento da base tributária, no combate à fraude e à evasão fiscais e no aumento da

receita para, por essa via, não contrair tanta despesa que, por sua vez, se traduza em maior crise para economia portuguesa.

Esta é a questão central que teríamos de discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Aguardo inscrições dos Srs. Deputados, caso contrário terei de dar por encerrado o debate.

Pausa.

Verifica-se aquele momento de «emoção» que precede o encerramento súbito dos debates...

O Sr. José Magalhães (PS): — Acabou a «emoção», Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, espero que os Srs. Deputados tenham já colocado todas as questões...

O Sr. José Magalhães (PS): — Todas?!

A Oradora: — Sim, para poder ter oportunidade de responder-lhes, Sr. Deputado.

Portanto, Sr. Presidente, estou a falar na presunção de que mais nenhum Sr. Deputado intervirá para colocar novas questões.

O Sr. Presidente: — É uma presunção, Sr.^a Ministra.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Se forem sérios, colocam as questões primeiro!

O Sr. José Magalhães (PS): — Talvez possam surgir divergências!

A Oradora: — Sr. Deputado, já percebi que gostam pouco de obter respostas ao que dizem e, portanto, utilizam todos os truques para que isso não aconteça.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Talvez o Sr. Deputado Hasse Ferreira tenha estado distraído enquanto intervém e, portanto, esqueceu-se de corrigir o texto que trouxe preparado. Falou nos 8,1% de aumento da despesa com pessoal e, portanto, significa que, efectivamente, o Grupo Parlamentar do PS recuou quando acabou por não rebater o que vim dizer. E, a despeito de se ter intitulado como a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Sr. Deputado não se importou de fazer afirmações que sabia que não estavam correctas mas, provavelmente, distraiu-se e pensou que ainda estava a falar correctol!

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Srs. Deputados, há um ponto em que, realmente, é difícil gerir esta «freguesia»! Quando o Sr. Deputado Lino de Carvalho se refere à «brutal contracção da despesa» e os Srs. Deputados do Partido Socialista ao «alarmante agravamento do défice»...

Vozes do PS: — Do investimento!

A Oradora: — Não é isso que aqui tenho. Portanto, nessa circunstância, efectivamente, não é fácil fazê-lo.

Às segundas, quartas e sextas-feiras, normalmente, tenho visto os Srs. Deputados do Partido Socialista a defenderem que existe uma gravíssima situação económica provocada por uma terrível política orçamental que leva à contracção da despesa e, depois, às terças, quintas e sábados, continuam a dizer que existe um alarmante agravamento do défice e a despesa está a crescer em demasia.

Vozes do PS: — O investimento!

A Oradora: — Srs. Deputados, realmente não é fácil entenderem-se!

O Sr. José Magalhães (PS): — Basta tomar boas notas!

A Oradora: — Deste debate ficou esclarecida — espero — a ideia de que não existe derrapagem do lado da despesa. E, respondendo ao Sr. Deputado Lino de Carvalho sobre a questão da receita, digo o seguinte: julgo que a receita não teria discussão pelo aspecto que já referi, ou seja, está manifestada qual é a evolução na cobrança da receita e, portanto, não dá propriamente para discutir — é assim! Espero que os senhores não estejam a pensar que se deve aumentar a receita através do aumento de impostos — sei que essa não é a sua tese, Sr. Deputado Lino de Carvalho —, mas é sua tese — e bem! — considerar que se devia aumentar a receita por via do combate à evasão fiscal.

Talvez o Sr. Deputado, algum dia, me venha a fazer a justiça de pensar que nunca se tinha feito antes um combate tão forte à evasão fiscal como aquele que está a ser feito neste momento.

Todavia, ao misturar essa sua luta — que tem todo o sentido — de combate à evasão fiscal com o problema do recuo do PEC em relação aos industriais de táxi, o Sr. Deputado está a deitar por terra a seriedade que devíamos ter neste debate, porque sabe que não há recuo algum do ponto de vista fiscal! O que foi aplicado aos industriais de táxi é rigorosamente o mesmo que é aplicado a qualquer outro industrial que esteja em sociedade. Portanto, não há aqui qualquer recuo, e o Sr. Deputado sabe que assim é — ora se o senhor não sabe... Claro que sabe!

Portanto, o senhor não misture nem desmistifique uma luta tão importante através de hipotéticos *faits divers* que não conduzem a lado algum!

Sejamos efectivos nesta batalha.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Ministra, tenha a bondade de concluir.

A Oradora: — Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que tive em estar aqui para esclarecer os Srs. Deputados sobre aquele que tem sido o tema da última semana: uma derrapagem orçamental do lado da despesa, o que levava

a afirmar que só a despesa com pessoal estava a aumentar 8,1%, como agora repetiu o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

Nesta circunstância, penso que ficou demonstrado que não há derrapagem orçamental, que os objectivos do Governo se mantêm e que esperamos, mais uma vez, desiludir a oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, finalmente pediu a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agradeço o carinho com que as bancadas da maioria me recebem, certamente partilhado por membros do Governo.

Não vou colocar novas questões.

O Sr. Deputado Vieira da Silva e eu próprio, em nome do Grupo Parlamentar do PS, há alguns dias atrás, escrevemos uma carta a solicitar esta reunião e, de facto, tenho a obrigação de fazer o ponto das minhas conclusões.

Esta reunião foi extremamente útil porque reforçou e alargou as nossas dúvidas e consolidou algumas das nossas críticas. Continuo convencido de que o texto que aqui apresentei resumidamente está correcto e que os números da Sr.^a Ministra são diferentes porque não utiliza critérios comparáveis. Em todo o caso, estamos disponíveis para continuar a discutir essa questão em comissão e em todos os foros necessários.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é que é preciso!

O Orador: — O conceito de Deus em si engloba a Santíssima Trindade no seu conjunto e não apenas Deus-Pai. Portanto, Deus, Bruxelas, Eurostat e nós — nós, Deputados, representantes do povo, nós, Parlamento, cá estamos e continuaremos a estar, nós ou outros como nós.

A questão é esta: não há contradição — poderia haver uma contradição secundária, empregando uma linguagem clássica, mas não. Há uma crítica à contracção da despesa de investimento, e é essa política orçamental que ajuda a provocar a recessão.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — E há um descontrolo, em nosso entender, da despesa corrente — se é maior ou se é menor, estamos disponíveis para tornar a aprofundar, mas pensamos que é elevado.

Outro aspecto importante: diz o Sr. Deputado Tavares Moreira que a Comissão de Execução Orçamental é mais sobre o controlo da despesa. Bom, então é preciso chamar a atenção para o facto de que, em 2001, a despesa sobe 0,2% — o que falhou foi a receita! E toda aquela especulação brutal, a campanha eleitoral, o «electrochoque fiscal» e outras coisas que tal baseavam-se numa diferença de 0,2%!

Meus senhores, isto é ridículo! Então o vosso comportamento, em termos de maioria parlamentar, nomeadamente do PSD — o CDS-PP aqui funcionou como muleta poste-

rior ao processo, não fazia parte dessa campanha do «electrochoque fiscal»!... —, o vosso comportamento, dizia eu, hoje, é incoerente porque, das duas, uma: se as contas da Sr.^a Ministra estavam bem, então estarão, eventualmente a empurrar, como se vê na circular da DGO, receita de outro lado! Eu nem quero crer que seja isso, embora isso salte à vista! Continuamos convencidos de que as nossas contas estão correctas.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — O problema é esse!

O Orador: — A economia está em recessão, contrariamente, ao que aqui foi dito...

Sr. Deputado Guilherme Silva, as nossas contas estão bastante mais certas do que várias outras contas de que podemos falar — ainda estou à espera da resposta a um requerimento feito há duas legislaturas!

A economia está em recessão, daí a quebra de impostos. E a economia está em recessão por causa da política do Governo e não apenas por causa da conjuntura nacional ou internacional. É preciso dizer o seguinte: nós estamos disponíveis para aprofundar esses aspectos na Comissão de Execução Orçamental, com a Sr.^a Ministra, com o Sr. Secretário de Estado do Orçamento ou da Despesa, com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais — consideramos que aprofundar esta questão é efectivamente importante. Estamos disponíveis para isso, há divergências, discussões — nós queremos os mesmos critérios que foram aprovados em anos anteriores e utilizados, nomeadamente pela célebre Comissão das Contas Públicas.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso! Não esquecer essa comissão!

O Orador: — Nesse sentido, chamo a atenção para que a proposta de resolução sobre a transparência das contas públicas e a equivalência de critérios continua em cima da Mesa da Assembleia da República.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nós estamos convencidos de que este mês de Agosto vai sensibilizar a maioria para que, em Setembro possamos votar essa resolução — a Sr.^a Ministra, com o espírito de isenção que certamente a caracterizará, terá condições (vou enviar, porque talvez a Sr.^a Ministra não tenha à mão, uma cópia dessa nossa proposta de resolução) para sensibilizar uma ou outra pessoa mais reticente na direcção da bancada do PSD, de forma a que viabilizem essa resolução — para que fique claro perante toda a gente que este Parlamento quer efectivamente transparências.

Nós cá estamos, como eu dizia, mas estamos dispostos a discutir. Estamos convencidos de que temos razão, mostraremos os nossos critérios a toda a gente e estamos convencidos de que, de facto, a maneira como as contas foram apresentadas permite verificar (e esse aspecto é positivo) que não está bem feita a comparação e permitem verificar quando é que a comparação é bem feita.

Agradeço a vossa atenção — continuamos convencidos de que o défice é muito elevado, que as receitas estão a derrapar e que as despesas não estão controladas. Foi isso que o debate esclareceu, balanceando todos os discursos feitos.

Muito obrigado pela atenção e pelo carinho com que me ouviram.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a parte do carinho é uma presunção, se me permite..., como a da Sr.^a Ministra, há pouco!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas não estava, necessariamente, a incluir todos!

Risos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos ainda uma última intervenção, certamente brevíssima, do Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Presidente, é muito breve porque só tenho cinco segundos! Efectivamente, queria dizer à Sr.^a Ministra, felicitando-a, que, pela sua prestação, demonstrou aqui que tinha razão. E, em relação ao PS, queria dizer que não só demonstrou que não tinha razão como não teve a última palavra porque eu ainda me inscrevi e estou a fazer esta pequena intervenção.

Risos do PSD.

Quanto à questão da despesa, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo já se esgotou!

O Orador: — ... queria dizer-lhe que, na sua intervenção, que já tinha preparado, foi contrariado por aquilo que disse a Sr.^a Ministra e, portanto, do que o PS precisa é de férias!

Aplausos e risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

Temos ainda outros assuntos a resolver, o primeiro dos quais é a votação do voto de congratulação subscrito por todas as bancadas, sobre o regresso à normalidade constitucional na República de São Tomé e Príncipe.

Srs. Deputados, vamos proceder de imediato à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

É o seguinte:

Voto n.º 75/IX

De congratulação pelo regresso à normalidade constitucional na República de São Tomé e Príncipe

Comissão Permanente da Assembleia da República congratula-se com o regresso à normalidade constitucional na República de São Tomé e Príncipe e exprime a sua solidariedade às respectivas instituições democráticas, nomeadamente à Assembleia Nacional, como órgão representativo plural, directamente eleito pelo povo.

O Sr. Presidente: — Este voto será transmitido imediatamente à Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

Srs. Deputados, temos agora alguns pareceres da Comissão de Ética. Para proceder à respectiva leitura, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em reunião da Comissão de Ética, realizada no dia 24 de Julho de 2003, pelas 14 horas, foi observada a seguinte substituição de Deputado: substituição nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados — Grupo Parlamentar do Partido Popular (CDS-PP), Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio (Círculo Eleitoral do Porto), por Fernando Barbosa Alves Pereira, com início em 21 de Agosto de 2003, inclusive. O parecer da Comissão é o de que a substituição em causa é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Dado que não há pedidos de palavra, vamos proceder à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em reunião da Comissão de Ética, realizada no dia 24 de Julho de 2003, pelas 14 horas, foi observada a seguinte substituição de Deputado: substituição nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados — Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD), Maria Elisa Rogado Contente Domingues (Círculo Eleitoral de Castelo Branco), por António Ribeiro Cristóvão, com início em 29 de Julho de 2003, inclusive. O parecer da Comissão é o de que a substituição em causa é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Dado que não há pedidos de palavra, vamos proceder à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, sublinho à Câmara que as razões invocadas pela Sr.ª Deputada Maria Elisa Domingues são razões de saúde, pelo que exprimo em nome de todos, votos de recuperação e rápidas melhoras.

Sr. Secretário, tem a palavra.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em reunião da Comissão de Ética, realizada no dia 24 de Julho de 2003, pelas 14 horas, foi observada a seguinte retoma de mandato de Deputado: nos termos do artigo 6.º, n.ºs 1 e 2, do Estatuto dos Deputados — Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD), José Manuel Lemos Pavão (Círculo Eleitoral de Bragança), cessando António Jorge Fidalgo Martins, em 1 de Agosto corrente, inclusive. O parecer da Comissão é o de que a retoma de mandato em causa é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Dado que não há pedidos de palavra, vamos proceder à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados e Sr.ªs Deputadas, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje. Haverá reuniões de várias comissões até ao dia 31 deste mês. A partir do 1 de Setembro haverá também novamente reuniões de diversas comissões. A próxima reunião da Comissão Permanente está já marcada para o dia 3 de Setembro, pelas 15 horas. Na véspera, haverá reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, como é habitual, pelas 16 horas.

Srs. Deputados, desejo-vos, então, boas férias, que são merecidas.

Está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Rectificação ao n.º 143, de 16 de Julho de 2003.

— No Sumário, pág. 5952, 2.ª col., parágrafo 5.º, onde se lê «Em votação, na generalidade, na especialidade e final global, foi aprovado o texto de substituição», deve ler-se «Em votação, na especialidade e final global, foi aprovado o texto de substituição»;

— Na pág. 6007, 2.ª col., l. 58, onde se lê «à votação, na generalidade, na especialidade e final global», deve ler-se «à votação, na especialidade e final global»;

— Na pág. 6008, 1.ª col., l. 3, onde se lê «do PS e de Os Verdes.», deve ler-se «do PS, do PCP e de Os Verdes.»

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,60